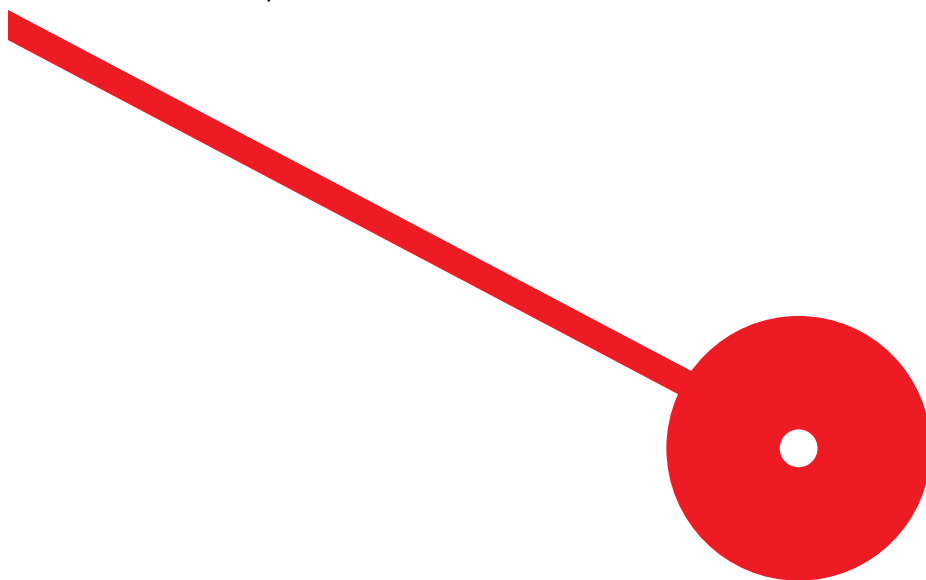




Divulgação de informação social e seus determinantes: um estudo aplicado às empresas portuguesas

Catarina Sofia da Costa Oliveira

10/2024



Catarina Sofia da Costa Oliveira. Divulgação de informação social e seus determinantes: um estudo aplicado às empresas portuguesas
10/2024

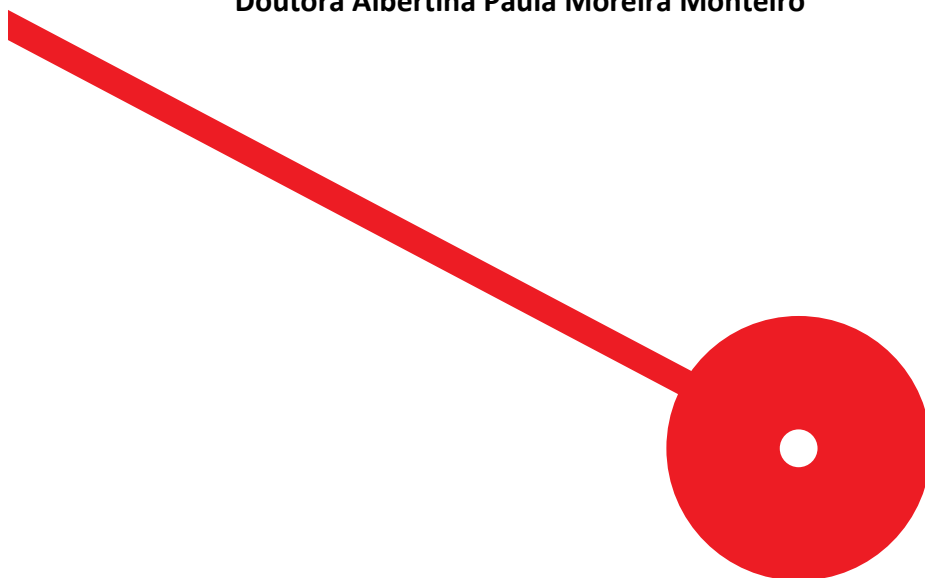


Divulgação de informação social e seus determinantes: um estudo aplicado às empresas portuguesas

Catarina Sofia da Costa Oliveira

**Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto Superior de
Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de
Mestre em Contabilidade e Finanças, sob orientação da Professora
Doutora Albertina Paula Moreira Monteiro**

Catarina Sofia da Costa Oliveira. Divulgação de informação social e seus determinantes:
um estudo aplicado às empresas portuguesas
10/2024



Dedicatória

Quero dedicar esta dissertação ao meu querido pai, cuja presença ilumina a minha vida. A sua sabedoria, amor e força acompanham-me em todos os passos desta minha jornada e fortalecem-me para nunca desistir dos meus objetivos. Embora tenha partido, a sua memória e os seus valores que me transmitiu continuam a guiar-me. Esta conquista é, em grande parte, reflexo do seu apoio incondicional e do orgulho que sempre teve em mim. Obrigada pai por fazeres de mim a pessoa que sou hoje:

“Acredita em ti”

Agradecimentos

Gostaria de expressar a minha profunda gratidão a todos os que contribuíram para a concretização desta dissertação de mestrado.

Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora, Professora Doutora Albertina Paula Monteiro, por toda a disponibilidade, apoio e paciência ao longo de todo o processo de investigação e escrita. O seu conhecimento, rigor científico e conselhos foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. À Professora Catarina Cepêda agradeço pela constante disponibilidade e apoio incansável.

À minha mãe, o meu eterno agradecimento. A sua dedicação, carinho e sacrifícios foram o alicerce da minha educação e de todas as minhas conquistas. Agradeço-lhe por acreditar sempre em mim, mesmo quando eu própria duvido das minhas capacidades. Agradeço-lhe, também, por me ensinar que todo o esforço é recompensado e que os grandes desafios são os que nos tornam mais fortes.

Ao meu namorado, o meu mais profundo agradecimento pelo apoio incondicional e pela motivação constante ao longo deste percurso. A sua presença e incentivo foram fundamentais para que eu conseguisse superar os desafios e manter o foco nos meus objetivos. Agradeço-lhe por ter estado sempre ao meu lado e por acreditar em mim, mesmo nos momentos mais difíceis.

Quero agradecer a toda a minha equipa de trabalho pelo apoio e colaboração, com um especial agradecimento ao Rodrigo Fernandes, à Bárbara Oliveira e ao Pedro Sousa, pelo suporte e pelas palavras de incentivo que me motivaram ao longo deste percurso.

Deixo também um especial agradecimento às minhas colegas Cristina Macedo e Carla Cardoso, pela paciência e pelo apoio contínuo ao longo deste percurso.

Não encontro palavras que expressem plenamente a minha gratidão. Esta conquista não é apenas minha, é também vossa.

Resumo

Nas últimas décadas, diversas instituições internacionais têm-se dedicado à emissão de normas de relato não financeiro, o que poderá promover um avanço significativo no âmbito da divulgação da Sustentabilidade. Estas normas visam estabelecer orientações para que as organizações divulguem de forma clara e consistente o seu desempenho ambiental, social e de governança. Este estudo tem como objetivo analisar a extensão e qualidade da informação social divulgada pelas empresas portuguesas e seus determinantes.

A abordagem metodológica do estudo é mista. Numa primeira fase usa-se a técnica de análise de conteúdo de relatórios de sustentabilidade, relatórios integrados e relatórios anuais de empresas portuguesas, publicados entre 2018 e 2022, para analisar a divulgação de informação social. Posteriormente recorre-se à técnica de regressão múltipla para dados em painel para identificar os fatores que influenciam a extensão e a qualidade da divulgação social.

Com base numa amostra de 279 observações, os resultados revelam um crescimento do IQDS, de 2018 a 2022, e do IEDS, a partir de 2021. Verifica-se que tanto no índice de IEDS como no IQDS os indicadores que obtiveram melhores resultados foram o 401 – Emprego e o 405- Diversidade e Igualdade de Oportunidade. Análise de regressão mostrou que o tipo de relatório, a dimensão da empresa e a diversidade de género do conselho de administração influenciam positivamente o IEDS e que o envolvimento com os *stakeholders* e a dimensão da empresa são determinantes para a qualidade do relato social.

Palavras chave: Divulgação da Sustentabilidade, Responsabilidade Social Corporativa, *Triple Bottom Line*, Normas *GRI*, Determinantes da divulgação social

Abstract

In recent decades, several international institutions have dedicated themselves to issuing non-financial reporting standards, which could lead to significant progress in the area of sustainability disclosure. These standards aim to establish guidelines for organizations to clearly and consistently disclose their environmental, social and governance performance. This study aims to analyze the extent and quality of social information disclosed by Portuguese companies and its determinants.

The study's methodological approach is mixed. Firstly, the content analysis technique is used to analyze the disclosure of social information in sustainability reports, integrated reports and annual reports of Portuguese companies published between 2018 and 2022. Subsequently, the multiple regression technique for panel data is used to identify the factors that influence the extent and quality of social disclosure.

Based on a sample of 279 observations, the results show an increase in the IQDS from 2018 to 2022 and in the IEDS from 2021 onwards. It can be seen that in both the IEDS index and the IQDS, the indicators that obtained the best results were 401 - Employment and 405 - Diversity and Equal Opportunity. Regression analysis showed that the type of report, the size of the company and the gender diversity of the board of directors have a positive influence on the IEDS and that engagement with stakeholders and the size of the company have a positive influence on the IQDS.

Key words: Sustainability Disclosure, Corporate Social Responsibility, Triple Bottom Line, GRI Standards, Determinants of Social disclosure

Índice	
Dedicatória	iii
Agradecimentos	iv
Resumo	v
Abstract	vi
Índice de Figuras	ix
Índice de Tabelas	x
Índice de Gráficos	xi
Índice de Apêndice	xii
Lista de siglas e acrónimos	xiii
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	1
1.1. <i>Enquadramento e justificação do tema</i>	2
1.2. <i>Problemática do tema</i>	3
1.3. <i>Objetivo do estudo</i>	3
1.4. <i>Metodologia</i>	4
1.5. <i>Estrutura do trabalho</i>	4
CAPÍTULO II– REVISÃO DA LITERATURA	5
2.1. <i>Sustentabilidade</i>	6
2.1.1. <i>Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável</i>	6
2.2. <i>Responsabilidade Social</i>	8
2.2.1. <i>Conceito e evolução de RSC</i>	8
2.2.2. <i>Benefícios da responsabilidade social corporativa</i>	9
2.3. <i>Divulgação da Responsabilidade Social Empresarial</i>	10
2.3.1. <i>Relato da RSC</i>	10
2.3.2. <i>Normalização do relato de RSC/ Sustentabilidade</i>	12
2.3.3. <i>Qualidade do relato RSC/sustentabilidade</i>	19
2.3.4. <i>Teorias do relato de RSC/Sustentabilidade</i>	22
2.4. <i>Divulgação de informação social</i>	26
2.5. <i>Fatores determinantes da divulgação de informação Social</i>	27
CAPÍTULO III – OBJETIVO, MODELO CONCEPTUAL E HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO	30
3.1. <i>Objetivo do estudo</i>	31
3.2. <i>Modelo conceptual</i>	31
3.3. <i>Hipóteses de investigação</i>	32
CAPÍTULO IV – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	38

4.1. Metodologia.....	39
4.2. Mensuração das variáveis.....	40
4.3. Análise dos dados	42
CAPÍTULO V – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	43
5.1. Análise descritiva da amostra	44
5.2. Análise e discussão de resultados	48
CAPÍTULO VI - CONCLUSÃO.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64
APÊNDICES	82

Índice de Figuras

Figura 1 - Os 3 P' s da Sustentabilidade.....	7
Figura 2 - Evolução diretrizes GRI.....	12
Figura 3 - Indicadores da categoria económica GRI.	14
Figura 4 - Indicadores da Categoria Ambiental.....	15
Figura 5 - Indicadores da categoria social.	15
Figura 6 - Prioridades Globais 2030.....	18
Figura 7 - Modelo Conceptual.....	32
Figura 8 - Análise dos valores de significância – efeito fixo ou aleatório.	52

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Composição da Amostra.	40
Tabela 2 - Frequência de empresas por setor de atividade.	44
Tabela 3 - Nível de adoção da norma GRI.	45
Tabela 4 - Nível de adoção da norma GRI.	46
Tabela 5 - Nível de envolvimento com os stakeholders.	46
Tabela 6 - Número de empresas auditadas por uma Big Four.	47
Tabela 7 - Número de membros do conselho de administração.	47
Tabela 8 - Número de mulheres no conselho de administração.	48
Tabela 9 - Número de colaboradores.	48
Tabela 10 - Diversidade de género.	48
Tabela 11 – Índice por indicador GRI 400, no período de 2018 a 2022.	50
Tabela 12 - Interpretação da correlação.	53
Tabela 13 -Matriz de correlação de variáveis explicativas – IEDS.	54
Tabela 14 - Matriz de correlação de variáveis explicativas – IQDS.	55
Tabela 15 - Resultados da regressão linear múltipla com dados em painel LS IEDS – Equação 1.	56
Tabela 16 -Resultados da regressão linear múltipla com dados em painel LS IQDS – Equação 2.	57
Tabela 17 - Resultado do teste de hipóteses.	60

Índice de Gráficos

Gráficos 1 - Divulgação social por tipo de relatório.	45
Gráficos 2 - Evolução do IEDS no período de 2018 a 2022.	49
Gráficos 3 - Evolução do IQDS no período de 2018 a 2022.	49
Gráficos 4 - Evolução do IEDS por indicador GRI 400 para o período de 2018 a 2022. ...	51
Gráficos 5 - Gráfico 5 - Evolução do IQDS por indicador GRI 400 para o período de 2018 a 2022.	52

Índice de Apêndice

Apêndice I Diretriz GRI 400 - Descrição dos indicadores.....	83
Apêndice II - Listagem das empresas portuguesas e respetivo setor de atividade	86
Apêndice III - Recolha dos relatórios.....	88

Lista de siglas e acrónimos

CERES - *Coalition for Environmentally Responsibility Economies*

EFRAG - *European Financial Reporting Advisory Group*

ESG - *Environmental, Social and Corporate Governance*

ESRS - *European Sustainability Reporting Standards*

GRI - *Global Reporting Initiative*

IASB - *Internacional Accounting Standards Board*

IEDS - Índice de Extensão de Divulgação Social

IFRS - *Internacional Financial Reporting Standards*

IQDS - Índice de Qualidade de Divulgação Social

ISSB - *Internacional Sustainability Standards Board*

PMEs - Pequenas e Médias Empresas (PMEs)

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

RS – Responsabilidade Social

RSC - Responsabilidade Social Corporativa

UE – União Europeia

WECD – *World Commission on Environment and Development*

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento e justificação do tema

Na última década as organizações tiveram de se adaptar às novas expectativas da sociedade, procurando o equilíbrio dos três pilares de sustentabilidade (*Triple Line Button*): económica, ambiental e social (Papoutsi & Sodhi, 2020).

Neste âmbito, a transparência e a prestação de contas assumem um papel central, permitindo que as empresas evidenciem o seu compromisso com práticas de sustentabilidade e assegurem a criação de valor e confiança junto das partes interessadas. Através dos relatórios de sustentabilidade, ou outros meios de divulgação, as organizações divulgam informações sobre o seu impacto e as suas contribuições para o desenvolvimento sustentável (Porter *et al.*, 2006).

Segundo Sari *et al.* (2019), os relatórios devem fornecer a informação necessária aos seus *stakeholders* para que estes possam tomar as melhores decisões, possibilitando a criação de valor para as empresas. Ortiz-de-Mandojana *et al.* (2016) concluem que a publicação de relatórios de sustentabilidade, com informação económica, ambiental e social, demonstra os esforços das organizações para melhorar o bem-estar social, ao mesmo tempo que transmite uma boa imagem aos seus *stakeholders*.

Os relatórios de sustentabilidade divulgam informação sobre desempenho ambiental, social e de governança, objetivos e metas de sustentabilidade, e demonstram transparência na comunicação com as partes interessadas (Almeida *et al.*, 2015; Faria, 2015; Faria *et al.*, 2012).

A qualidade e a confiabilidade dos relatórios não financeiros são ainda questionadas na literatura (Diouf & Boiral, 2017). Embora a utilidade de relatórios não financeiros não garanta necessariamente a existência de informação de qualidade, ela reflete a preocupação das empresas em abordar questões ambientais e sociais (Michelon *et al.*, 2015).

Diversos estudos apresentam uma evolução positiva da extensão da divulgação social, tornando importante perceber se esse aumento de informação divulgada é acompanhado pelo aumento da qualidade (Van *et al.*, 2005). Estudos anteriores indicam que o contexto institucional de um país, incluindo as suas estruturas legais, regulatórias e profissionais, tem influência direta na qualidade das divulgações de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) realizadas por uma empresa (Van *et al.*, 2005).

A análise da quantidade de informação é um tema controverso, pois um volume maior de dados nem sempre implica uma maior qualidade (Eggert & Helm, 2003). Por outro lado, a análise da qualidade da informação abrange os seus requisitos, determinantes e impactos (Day, 1976).

1.2. Problemática do tema

A literatura aponta para uma escassez de estudos que analisem a divulgação do desempenho com base nas normas GRI (Chen *et al.*, 2015; Marimon *et al.*, 2012; Brown *et al.*, 2009; Moneva *et al.*, 2007). Estas normas disponibilizam *frameworks* amplamente reconhecidas, que apoiam as empresas na elaboração de relatórios não financeiros, promovendo a transparência e a comparabilidade das informações divulgadas (Chen *et al.*, 2015; Marimon *et al.*, 2012; Brown *et al.*, 2009; Moneva *et al.*, 2007).

Uma análise realizada por Faria (2018), tendo como amostra diversas empresas portuguesas, revela que as mesmas demonstram preocupação com a prática da responsabilidade social. No entanto, a informação não financeira reportada é bastante limitada, tanto internamente como externamente. Segundo o autor, as empresas que divulgam essas informações procuram utilizá-las de forma estratégica, visando melhorar resultados, fortalecer a imagem da marca e garantir benefícios económicos futuros, entre outros objetivos. O autor destaca que as empresas estão a tentar integrar a responsabilidade social nas suas estratégias de longo prazo (Faria, 2018).

Dada a escassez de estudos desenvolvidos em Portugal, este estudo centra-se na divulgação de informação social apresentada nos relatórios por parte das empresas portuguesas.

1.3. Objetivo do estudo

Este estudo tem por base dois objetivos. O primeiro objetivo consiste na análise da qualidade e extensão da divulgação de informação social, entre o período de 2018 e 2022. O segundo objetivo consiste em desenvolver e avaliar um modelo com vista a analisar os determinantes do índice de extensão da divulgação social (IEDS) e do índice de qualidade de divulgação social (IQDS), nomeadamente o envolvimento com os *stakeholders*, o tipo de relatório apresentado pelas organizações, as empresas auditadas por uma *Big Four*¹, a dimensão da empresa, o número total de mulheres na organização, a diversidade de

¹ Trata-se das 4 maiores empresas de auditoria, a saber: PriceWaterhouseCoopers (PWC), Deloitte, KPMG e Ernest & Young (EY).

género, a percentagem de membros independentes do conselho de administração e a percentagem de mulheres no conselho de administração.

1.4. Metodologia

A metodologia seguida neste estudo é de natureza qualitativa e quantitativa. A recolha de dados teve por base relatórios de empresas portuguesas para os anos compreendidos entre 2018 e 2022, e a seleção da amostra teve em consideração empresas com relatórios divulgados na base de dados da GRI. A análise de conteúdo teve por base a informação retirada dos relatórios, com o intuito de analisar a qualidade e a extensão da divulgação de informação social. Para identificar os fatores determinantes recorreu-se a análise da regressão linear múltipla, com dados em painel, utilizando o programa *Eviews*.

1.5. Estrutura do trabalho

Esta dissertação é constituída por 6 capítulos. Após esta Introdução, segue-se a Revisão da Literatura, a qual enfatiza os principais conceitos teóricos dos temas em estudo. De seguida, no terceiro capítulo, são apresentados os objetivos, o modelo concetual e as respetivas hipóteses de investigação. No quarto capítulo é explicada a metodologia de investigação e seguidamente, no quinto capítulo, será exposta a análise e discussão dos resultados. Por fim, no último capítulo evidenciam-se as principais conclusões, contribuições e limitações do estudo, bem como as sugestões para investigação futura.

CAPÍTULO II– REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Sustentabilidade

Nos próximos subcapítulos, são aprofundados os temas desenvolvimento sustentável e sustentabilidade e as respectivas dimensões da sustentabilidade.

2.1.1. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável

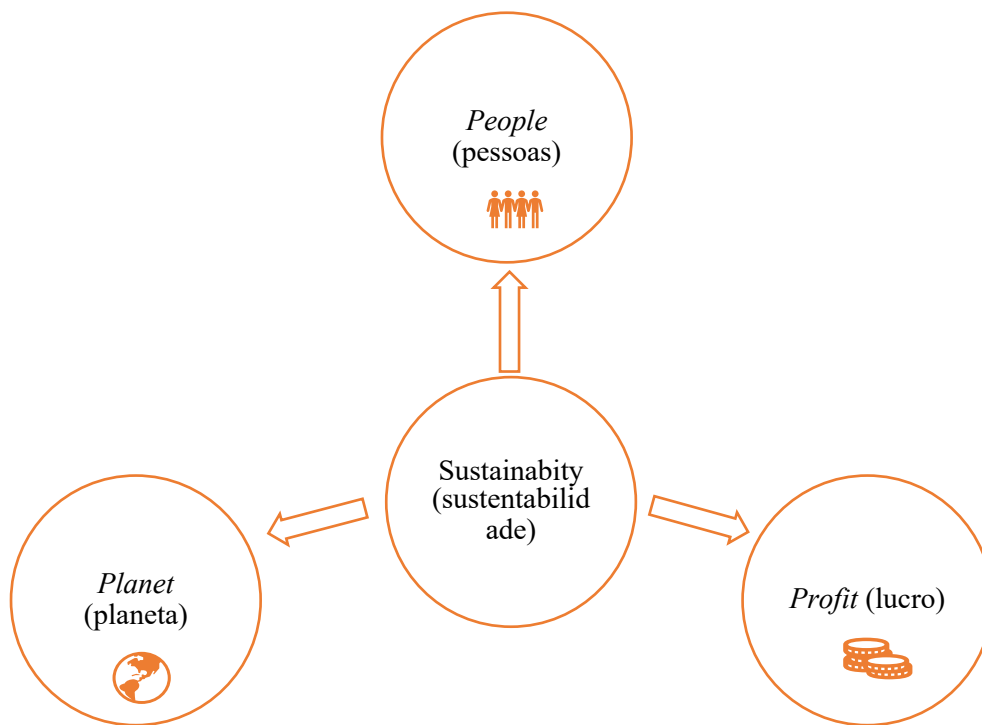
O tema da Sustentabilidade tem sido amplamente abordado a nível global, quer no âmbito académico, quer no âmbito empresarial ou ao nível das comissões legislativas, originando uma adaptação da sociedade a uma nova realidade, tendo por base o equilíbrio das esferas económicas, ambientais e sociais (WCED,1987). Neste contexto, alguns autores apontam para a existência de três áreas na sustentabilidade: a Económica, a Ambiental e a Social, ficando assim estas áreas conhecidas como o “*Triple Bottom Line*” (Almeida, 2002; Elkington, 1998). Nesta linha de pensamento, a Comissão Europeia, identifica os 3 P’s da sustentabilidade, apresentados na Figura 1, (Commission of the European Communities, 2001):

People: esta dimensão está associada ao capital humano da organização e ao desenvolvimento pessoal e coletivo, através de práticas de ações sociais responsáveis, com o propósito de gerar boas relações com o meio ambiente empresarial e com a sociedade.

Planet: é uma dimensão que se relaciona com o capital natural da empresa e da sociedade, o que proporciona às organizações a adoção de medidas responsáveis para diminuir o impacto das suas atividades no meio ambiente, como por exemplo a redução de emissão de gases com o efeito de estufa entre outras medidas.

Profit: para além da preocupação por parte das empresas nas dimensões ambientais e sociais, espera-se que as organizações sejam economicamente sustentáveis e capazes de distribuir os seus produtos ou serviços de forma competitiva e justa.

Figura 1 - Os 3 P's da Sustentabilidade.



Fonte: Elaboração própria, baseado em Comissão Europeia (2001).

A dimensão económica preocupa-se com o desenvolvimento da economia, com o intuito de proporcionar uma melhor qualidade de vida aos seres humanos, promovendo assim um melhor impacto no ambiente (Garcia, 2016). Segundo Braccini e Margherita (2018), o sucesso económico de uma organização verifica-se através da obtenção de lucro e da sua liquidez, bem como a capacidade de gerar valor (Braccini & Margherita, 2018). Por seu turno, a dimensão ambiental relaciona-se com prevenção de danos ao meio ambiente, através da aplicação de políticas de melhoria que permitam um uso eficiente dos recursos naturais (Guse, 2013). A dimensão social foca-se nos aspetos sociais relacionados com o desenvolvimento dos seres humanos, tendo em conta as suas experiências, habilidades, entre outros aspetos (Almeida, 2002). A sustentabilidade social é fundamentada pelo processo de melhoria contínua na qualidade vida da sociedade (Claro *et al.*, 2008). Segundo Woodcraft (2012), a componente social baseia-se em práticas sociais, direcionadas ao estabelecimento de políticas de igualdade justiça social, bem-estar,

políticas de direitos humanos, ações realizadas para ajudar a comunidade e uma distribuição justa de recursos (Woodcraft, 2012).

Neste contexto, a *World Commission on Environment and Development* (WECD) emitiu no ano de 1987, o relatório *Brundtland* com a ajuda da comissão de meio ambiente e desenvolvimento da Organização da Nações Unidas, no qual se define desenvolvimento sustentável como a satisfação das necessidades das gerações atuais, sem comprometimento da satisfação das necessidades das gerações futuras, sendo a análise a longo prazo um dos princípios da sustentabilidade (WECD, 1987).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) compreendem 17 objetivos globais enunciadas pelas Nações Unidas em 2015, a serem alcançadas até 2030 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2022). Os ODS abrangem dimensões sociais, económicas e ambientais, cada um centrado numa área específica. Segundo Regona *et al.* (2024) as metas mais importantes são a eliminação da pobreza, a promoção de uma vida saudável e de qualidade, o acesso à água potável, o desenvolvimento de cidades sustentáveis e a garantia de produção e consumo responsável.

O interesse crescente pelo tema Responsabilidade Social (RS) resulta da consciencialização para as questões sociais e ambientais que envolvem a atividade empresarial, tanto por parte dos gestores como da sociedade em geral (Oliveira *et al.*, 2015). Deste modo, o desenvolvimento sustentável é um princípio orientador da Responsabilidade Social, o que significa que uma política de responsabilidade social deve envolver as dimensões económicas, ambientais e sociais (Oliveira *et al.*, 2015).

2.2. Responsabilidade Social

2.2.1. Conceito e evolução de RSC

O conceito de RS começou a ser abordado em 1953, por Howard Bowen, ficando este autor conhecido como o “pai” da RS, sendo o conceito posteriormente aprofundado na literatura (Green *et al.*, 2012).

Costello (2021) defende que a RSC é muito mais que apenas um cumprimento das obrigações legais e contratuais (Costello, 2021). De acordo com Bonsón e Bednárová (2015), um comportamento socialmente responsável pode ser definido como aquele que

corresponde às expectativas dos *stakeholders* sem comprometer o meio ambiente e a sociedade. Para Šontaitė-Petkevičienė (2015), a RSC é considerada a ponte de ligação entre a sociedade e a organização, sendo necessário desenvolver ações responsáveis para se alcançar efeitos positivos nos *stakeholders* e minimizar eventuais consequências negativas no ambiente e na sociedade (Šontaitė Petkevičienė, 2015). A RSC deve ser vista como uma estratégia de mudança de comportamentos por parte da empresa, tendo como objetivo transformar os impactos sociais em benefícios para a sociedade (Moravcikova *et al.*, 2015). Gras E. *et al.* (2016) reforçam que RSC está relacionada com os aspetos éticos e morais subjacentes à tomada de decisões e aos comportamentos empresariais, aprofundando questões consideradas mais preocupantes, tais como as relacionadas à proteção ambiental, gestão de recursos humanos, saúde e segurança no trabalho e a relação com os *stakeholders* (Gras E. *et al.*, 2016).

Para atingir os seus objetivos, a RSC deve ter em consideração estratégias no âmbito de duas dimensões, interna e externa (Faria, 2015). A dimensão interna envolve questões de responsabilidade social como sejam os problemas com baixos salários, os lucros excessivos e a falta de diversidade e inclusão na sociedade; por sua vez, a dimensão externa inclui as relações da empresa com os seus clientes, concorrentes, fornecedores, entre outras entidades (Alcaraz F. *et al.*, 2017).

2.2.2. Benefícios da responsabilidade social corporativa

Segundo Porter *et al.* (2006), as empresas desempenham um importante papel no desenvolvimento sustentável. Os autores argumentam que uma organização que adota a responsabilidade social pode obter reconhecimento tanto pelos seus *stakeholders* como pela sociedade, promovendo o desenvolvimento sustentável.

Através dos resultados alcançados, no âmbito da RSC, é possível ajustar as estratégias adotadas, melhorando o seu desempenho e revertendo ações que poderiam prejudicar a sua imagem (Oliveira *et al.*, 2014).

As organizações que incorporam a RSC nas suas estratégias, na conquista de novos mercados e na minimização da pressão colocada pelos seus *stakeholders*, impulsionam a sua evolução (Savitz & Weber, 2007). As empresas socialmente responsáveis mostram ser mais atrativas, não só pelo facto de possuírem uma maior capacidade de resposta face

a pressões externas, mas também na criação de valor, tornando-se deste modo mais apelativas financeiramente (Steurer *et al.*, 2012).

O envolvimento em atividades consideradas socialmente responsáveis melhora a satisfação das partes interessadas e provoca um efeito positivo na reputação da organização (Orlitzky *et al.*, 2003), permitindo reduzir o risco financeiro incorrido pela empresa (Orlitzky & Benjamin, 2001).

Zunker (2002) identificou que os indivíduos faziam as escolhas das empresas com base nos valores, na visão e na cultura das organizações e ainda no modo como se encaixavam nos seus valores. Um dos focos da RSC é a promoção da ética e dos valores dentro das organizações, tornando-se assim uma base essencial para a atração e retenção de talentos (Zunker, 2002). Greening e Greening e Turban (2000) conclui que a RSC pode influenciar a atração dos funcionários, e sendo considerada crítica, os executivos acreditam que os programas propostos pela RSC influenciam positivamente a contratação e retenção dos colaboradores (Greening & Turban, 2000).

Segundo outro estudo, as empresas que contribuem com uma parte dos seus lucros para o desenvolvimento da sociedade, demonstram um esforço claro para agregar valor aos seus negócios (Ajina *et al.*, 2020).

Timbate e Park (2018) identificam diversos benefícios da RSC, sendo eles a diminuição do risco empresarial, a redução da Assimetria de Informação, a diminuição do custo de capital, o aumento do lucro obtido por meio de informações privilegiadas, a diminuição dos erros de previsão por analistas, e ainda o aumento da confiança e lealdade dos clientes, a retenção de funcionários, a produtividade e a confiança da empresa (Timbate & Park, 2018).

2.3. Divulgação da Responsabilidade Social Empresarial

2.3.1. Relato da RSC

O relatório financeiro divulga a situação económica e financeira da empresa incluindo demonstrações financeiras e outros dados relacionados com a situação financeira da organização, com o intuito de informar as partes interessadas e auxiliar na tomada de

decisões (Moneva & Llena, 2000). Não obstante, os relatórios financeiros apresentam uma limitação, uma vez que não fornecem informações sobre aspetos sociais e ambientais das atividades empresariais, tema que atualmente desperta interesse nos *stakeholders*. Para superar essa limitação, as empresas passaram a disponibilizar o relatório de sustentabilidade (Martínez *et al.*, 2015).

Segundo Traquinio e Posadas (2020), os relatórios não financeiros não só desenvolvem matérias de carácter social e ambiental, mas também fornecem informações sobre o capital intelectual, informações estas não incluídas nas demonstrações financeiras (Tarquinio & Posadas, 2020).

Burhan e Rahmanti (2012) salientam que os objetivos dos relatórios de sustentabilidade são, por um lado, fornecer informações sobre o desempenho organizacional aos *stakeholders* e, por outro, no âmbito social, contribuir para a sociedade, proporcionando novas oportunidades de crescimento e desenvolvimento aos colaboradores, ao mesmo tempo que promovem a melhoria das relações com clientes, fornecedores e a comunidade.

Por vezes, as empresas fornecem informações adicionais como sinal para diminuir as Assimetrias de Informação, de forma a corresponder às expectativas dos interessados, originando assim a otimização dos custos e, ao mesmo tempo, fazendo com que o valor da empresa aumente (Teoria *Signaling*) (Spence, 1973). No contexto empresarial, surgem, por vezes, conflitos entre gestores e proprietários, o que pode prejudicar o desempenho eficiente da empresa, e deste modo, os relatórios de sustentabilidade surgem como um meio de atenuar essa assimetria (Teoria da Agência) (Jensen & Meckling, 2019).

Neu *et al.* (1998) investigaram o padrão de divulgações ambientais nos relatórios anuais de empresas canadianas em quatro setores considerados ambientalmente sensíveis e os resultados mostram que as empresas com pior desempenho financeiro tendem a aumentar o nível de divulgação ambiental como uma forma de compensar o seu desempenho económico (Neu *et al.*, 1998). Da mesma forma, empresas mais expostas a questões ambientais e com bom desempenho ambiental costumam divulgar mais informações relacionadas com o meio ambiente (Bewley & Li, 2000; Clarkson *et al.*, 2008).

2.3.2. Normalização do relato de RSC/ Sustentabilidade

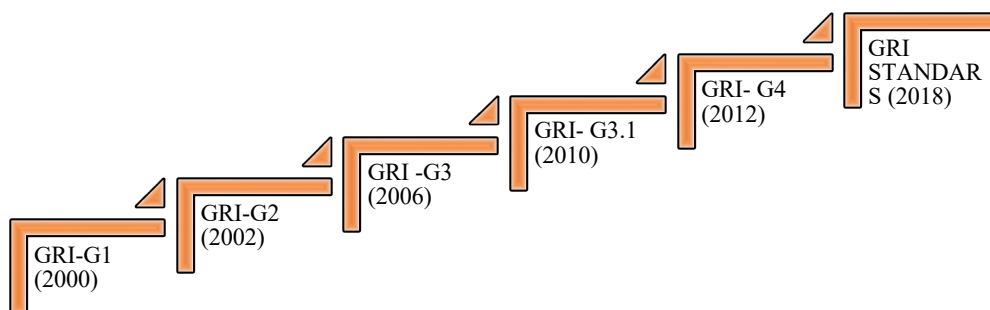
A GRI, atrás mencionada, foi criada em 1997 por Bob Massie e Allen White, autores estes que identificaram a falta de uma ferramenta padronizada e abrangente capaz de alinhar as necessidades das empresas e das partes interessadas em temas de informações sobre a sustentabilidade (Levy *et al.*, 2010).

Ao longo dos anos, diversas ferramentas foram surgindo para avaliar e comunicar a sustentabilidade corporativa; no entanto, a GRI consolidou-se como a principal estrutura global e a mais completa para relatórios de sustentabilidade (Afolabi *et al.*, 2023; Van *et al.*, 2024). A GRI tem um papel fundamental na uniformização das práticas de relatórios, melhorando a comparabilidade e a confiabilidade das informações (Tschopp & Nastanski, 2014).

O foco da GRI na sustentabilidade e a sua ampla adoção fazem com que esta ferramenta seja tão necessária tanto no âmbito acadêmico, como no âmbito empresarial, já que os relatórios baseados nas normas da GRI fornecem uma fonte valiosa de dados sobre as práticas empresariais de gestão da sustentabilidade, contribuindo para uma análise mais rigorosa e transparente do desempenho sustentável (Massari & Giannoccaro, 2023; Van *et al.*, 2024).

As normas GRI evoluíram gradualmente ao longo do tempo, conforme se pode constatar na Figura 2.

Figura 2 - Evolução diretrizes GRI.



Fonte: Elaboração própria, adaptado de GRI (2011).

No ano de 2000 surgiu a primeira versão das diretrizes, que disponibilizou uma estrutura global para auxílio na preparação dos relatórios de sustentabilidade. Em 2001, a organização *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (CERES) transformou a GRI numa fundação independente e sem fins lucrativos. No ano seguinte, em 2002, a GRI foi oficialmente lançada como uma instituição colaboradora do Programa das Nações Unidas para o meio ambiente, dando mais um passo importante nas suas contribuições enquanto referência global em padrões de relatórios de sustentabilidade. Esta evolução originou o nascimento da diretriz GRI-G2, a qual foi utilizada por cerca de 150 empresas para a elaboração dos seus relatórios anuais (GRI, 2011).

Em 2006, surge a diretriz GRI-G3, a qual abrange um conjunto de novos indicadores nas categorias ambiental, económica e social, tendo em vista a adoção de novas estratégias no relatório de sustentabilidade disponibilizados pelas organizações. Considerada uma atualização das versões anteriores, no ano de 2010 foi lançada uma nova versão das diretrizes, que teve como objetivo melhorar o relato do desempenho sustentável e incluir novos indicadores relacionados com direitos humanos. Esta versão foi denominada GRI-G3.1 (GRI, 2011).

Em 2013, a GRI lançou as diretrizes GRI-G4, que estabelecem princípios para a elaboração e divulgação de relatórios de sustentabilidade de alta qualidade, visando assegurar a excelência na apresentação dessas informações (GRI, 2011).

Mais recentemente, surgiu a *GRI Standards*, que vigora até aos dias de hoje. As normas começaram a ser utilizadas a partir de julho de 2018 (GRI, 2011).

Como já referido atrás e no que diz respeito à elaboração de relatórios de sustentabilidade, a maioria das empresas adotam as Normas GRI, as quais tratam os três grandes pilares da sustentabilidade: ambiental, económica e social (Nikolaeva & Bicho, 2011). As normas GRI são constituídas por quatro series: GRI 100, GRI 200, GRI 300 e a GRI 400.

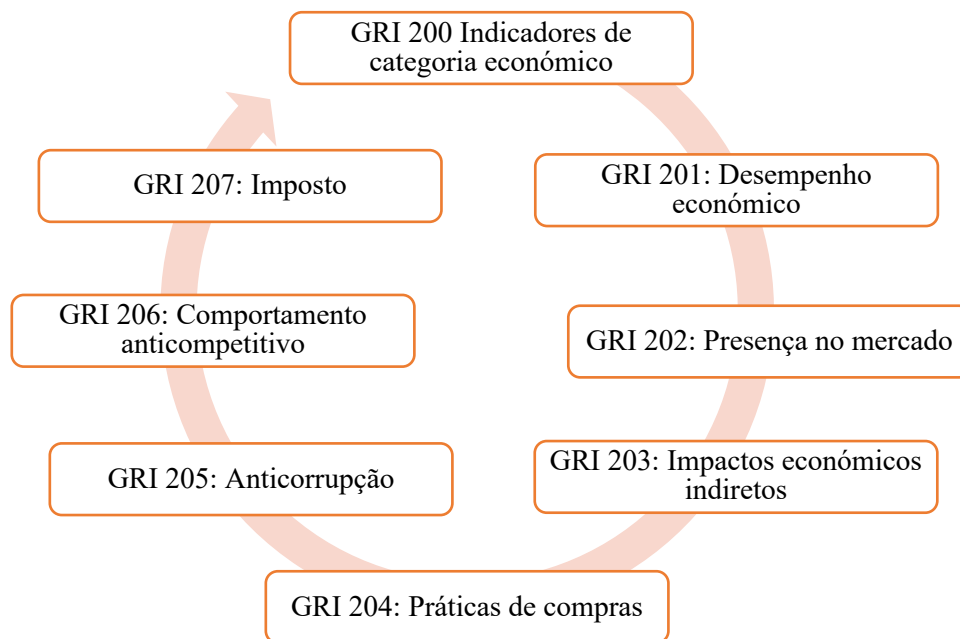
A GRI 100, encontra-se organizada pelos seguintes subpontos (GRI, 2011):

- GRI-101: contém os princípios básicos e os requisitos do relato e sustentabilidade de acordo com as diretrizes GRI;

- GRI -102: engloba informações gerais sobre a organização;
- GRI -103: contém informação sobre a abordagem da gestão.

Na Figura 3, apresenta-se os indicadores da GRI 200.

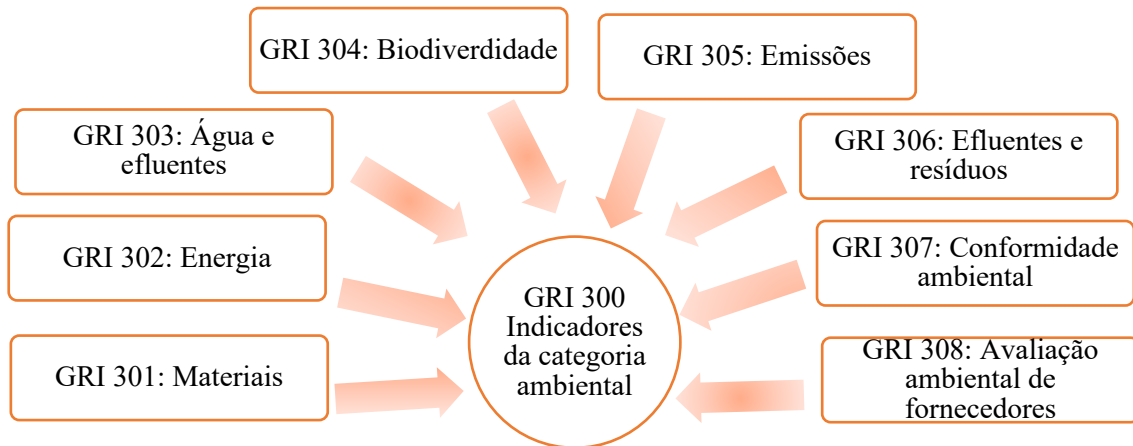
Figura 3 - Indicadores da categoria económica GRI.



Fonte: Elaboração própria, adaptado de GRI (2011).

No que concerne aos indicadores de categoria ambiental, este encontra-se listados na série 300 das normas GRI, conforme se apresenta na Figura 4.

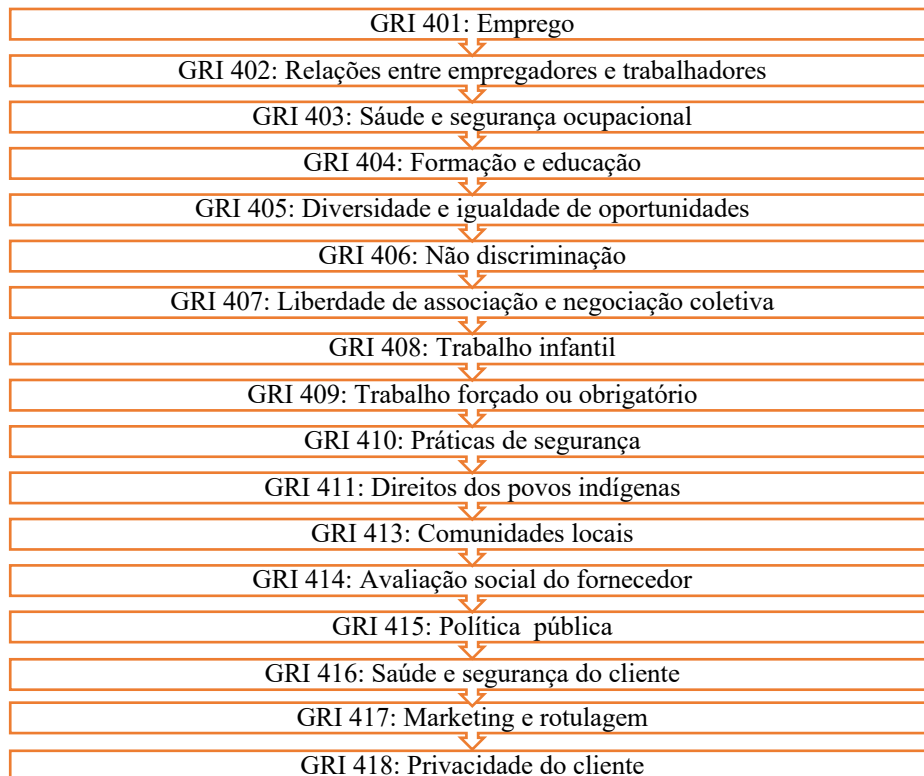
Figura 4 - Indicadores da Categoria Ambiental.



Fonte: Elaboração própria, adaptado de GRI (2011).

Relativamente à categoria social, correspondente aos padrões GRI 400, esta inclui aspetos ou indicadores específicos para a divulgação das informações sobre o impacto social, conforme apresentado na Figura 5 (GRI, 2011). Os sub indicadores da GRI 400 são apresentados no Apêndice I.

Figura 5 - Indicadores da categoria social.



Fonte: Elaboração própria, adaptado de GRI (2011.).

Os indicadores da GRI 400 são apresentados no apêndice I.

Desde a sua criação, em 1997, que a GRI tem como objetivo garantir a maior transparência possível na informação apresentada nos relatórios de RSC (Miloud, 2024).

Nikolaeva e Bicho (2011) concluíram que a utilização das normas GRI tem sido a ferramenta mais utilizada para a elaboração dos relatórios RSC devido à transparência da informação, não obstante ainda existirem muitas organizações relutantes em aplicar estas diretrizes/normas, apesar de os seus concorrentes já a aplicarem (Nikolaeva & Bicho, 2011).

Em 2001 foi criada a associação privada designada por *European Financial Reporting Advisory Group* (EFRAG), com o apoio da Comissão Europeia, que expandiu a sua missão em 2022, passando a prestar aconselhamento técnico à Comissão Europeia sob a forma de *draft* de Normas de Relato de Sustentabilidade da União Europeia (UE) (EFRAG, s.d.). O EFRAG desenvolve atividades que estão agregadas em dois grupos: um grupo, o Relato Financeiro, com o intuito de influenciar o desenvolvimento das *International Financial Reporting Standards* (IFRS), na forma como contribuem para a eficiência dos mercados de capitais; e o outro grupo, o Relato da Sustentabilidade, com o objetivo de desenvolver normas de relato de sustentabilidade na UE e eventuais alterações ligadas à Comissão Europeia (EFRAG, s.d.).

Com o objetivo de atender às exigências dos *stakeholders* e contribuir para a transparência, relevância e normalização das divulgações da sustentabilidade, em 2001 a *IFRS Foundation* sofreu alterações significativas relacionadas com a sustentabilidade (IFRS, 2021). Assim, passaram a existir dois organismos reguladores na *IFRS Foundation*: o *International Accounting Standards Board* (IASB), com o objetivo de promover a adoção de normas internacionais de contabilidade, e o *International Sustainability Standards Board* (ISSB), com o intuito de fornecer normas sobre sustentabilidade a nível global (IFRS, 2021).

A Diretiva 2014/95/UE, de 22 de outubro de 2014, publicada no Jornal Oficial da União Europeia em 15 de novembro de 2014, alterou a Diretiva 2013/34/UE relativamente à divulgação de informações não financeiras e informações sobre diversidade por parte determinadas grandes empresas e grupos (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2014). O objetivo inicial da Diretiva 2013/34/UE consistia em facilitar os investimentos transfronteiriços e aperfeiçoar a comparabilidade nas projeções financeiras e relatórios elaborados pelas empresas do Estados-Membros, através de divulgações específicas (European Union, 2014).

A Diretiva 2014/95/UE aplica-se a grandes empresas e empresas-mãe de grandes grupos que sejam consideradas Entidades de Interesse Público e que, à data de encerramento do respetivo balanço, excedam o número médio de 500 trabalhadores ao longo do exercício financeiro (artigo 19.º da Diretiva). Com a publicação desta Diretiva, algumas empresas passaram a ser obrigadas a publicar informações sobre questões ambientais e sociais (Ponto 6 da Diretiva) (European Union, 2014).

A transposição da Diretiva 2014/95/UE para Portugal foi efetuada através da publicação do Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho, sendo aplicada aos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2017 (Finanças, 2017).

Na transposição da Diretiva 2014/95/UE para os ordenamentos jurídicos nacionais, os Estados-Membros têm a possibilidade de estabelecer certos requisitos, como a definição de grandes empresas e entidades de interesse público, o formato e o conteúdo das projeções não financeiras, e a imposição de avaliações para as empresas que não cumprem as obrigações de relato pertinentes, entre outros (CSREurope, 2020). De uma forma geral, Portugal está alinhado com as disposições da Diretiva da UE, tendo apenas introduzido algumas adaptações quanto ao âmbito de aplicação da convenção e à identificação das avaliações a serem aplicadas (CSREurope, 2020).

No ano de 2015 nasceu a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida pela já referida designação Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e adotada pelos Estados-Membros das Nações Unidas, tendo entrado vigor em 2016 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2022). A agenda teve como objetivo definir prioridades para o desenvolvimento sustentável até 2030, mobilizando esforços globais e

estabelecendo um conjunto de objetivos e metas comuns (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2022). Os 17 ODS (Figura 6) apelam tanto aos países desenvolvidos como aos países em desenvolvimento, para aplicarem, entre outras, medidas de combate à pobreza, de melhoria da saúde e da educação, de redução de desigualdades e estímulo ao crescimento económico. Além disso, eles visam enfrentar as mudanças climáticas e proteger os ecossistemas, promovendo ações conjuntas para um futuro mais equilibrado e sustentável (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2022).

Deste modo, os ODS estabelecem as prioridades e ambições globais para 2030 em áreas que têm impacto na qualidade de vida de todos os cidadãos do mundo, incluindo as futuras gerações. Esses objetivos globais, adotados por 193 países das Nações Unidas, ambicionam “não deixar ninguém para trás”; para isso, criam uma linguagem comum para todos os *stakeholders*, definindo metas de sustentabilidade que se concentram em áreas críticas para a humanidade e estruturando-se em torno de cinco princípios: Planeta, Pessoas, Prosperidade, Paz e Parcerias (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2022).

Figura 6 - Prioridades Globais 2030.



Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2022).

Em 2022 a Comissão Europeia publicou uma nova proposta da diretiva de Relatório de Sustentabilidade Empresarial com o intuito de alterar a anterior diretiva 2014/95/UE (European Union, 2014). Assim, a diretiva 2022/2464 de Relatórios de Sustentabilidade

Corporativa (CSRD) entrou em vigor em 5 de janeiro de 2023, atualizando as regras sobre a divulgação de informações sociais e ambientais pelas empresas (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2022). Presentemente, um grupo constituído por grandes empresas e pequenas e médias empresas (PMEs), e também por algumas empresas não pertencentes à UE, mas geradoras de mais de 150 milhões de euros no mercado europeu, está obrigado a reportar informação sobre sustentabilidade. Estas empresas deverão seguir os Padrões Europeus de Relatórios de Sustentabilidade (ESRS), desenvolvidos pela EFRAG (European Union, 2022).

A CSRD tem como objetivo fornecer dados mais confiáveis e comparáveis para que, tanto investidores como *stakeholders*, possam avaliar o impacto das empresas em questões ambientais e sociais. A primeira aplicação das novas regras abrangerá já o ano fiscal de 2024, cujos relatórios serão publicados no ano de 2025 (European Union, 2022).

A nova diretiva procura também reduzir os custos de conformidade, harmonizando os requisitos dos relatórios e estabelecendo garantias sobre as informações reportadas, além de promover a digitalização para facilitar a divulgação de informações de sustentabilidade. Esta diretiva também introduz um requisito relacionado com a obrigatoriedade de auditoria aos relatórios, por um revisor oficial de contas ou empresa de auditoria, de modo a garantir a fiabilidade da informação divulgada nos relatórios de sustentabilidade. Contudo, saliente-se que esta diretiva ainda não foi transposta para a legislação portuguesa (European Union, 2022).

2.3.3. Qualidade do relato RSC/sustentabilidade

Os relatórios de sustentabilidade são um instrumento de comunicação de informação relevante, clara e fiável às partes interessadas (Amran *et al.*, 2014). A necessidade de proporcionar fiabilidade e clareza aos *stakeholders* estimula a existência de qualidade nos relatórios de sustentabilidade (Romero *et al.*, 2019).

Segundo Beretta e Bozzolan (2004, p. 266), a qualidade da divulgação “depende tanto da quantidade de informação divulgada quanto da riqueza fornecida pela informação adicional” (Beretta & Bozzolan, 2004).

A abundância de informações sobre RSC pode ser vista como a medida em que os dados fornecidos ajudam as partes interessadas a avaliar o impacto ambiental e social das atividades das empresas, além de permitir a compreensão da sua abordagem em relação à RSC (Beretta & Bozzolan, 2004).

Alguns estudos analisam a divulgação de informações de sustentabilidade com o intuito de detetar níveis de normalização da divulgação de informação através da utilização de indicadores internacionais, como por exemplo as normas GRI, atrás descritas (Martínez *et al.*, 2015).

Segundo Leuz e Wysocki (2008), não existe um consenso ou uma metodologia comum para medir a qualidade da divulgação de informação não financeira de “alta qualidade”. Segundo os autores, a literatura sobre a divulgação de informação não financeira, sendo voluntária, é marcada por diversas metodologias de medição, como classificações e métricas baseadas em conteúdo específicos (Leuz & Wysocki, 2008).

Os elementos de divulgação da sustentabilidade são geralmente avaliados de uma forma binária (divulgação *versus* não divulgação) e agrupados numa pontuação geral. No entanto, essa agregação centra-se maioritariamente na quantidade de informações divulgadas, sem necessariamente reter a qualidade dessa divulgação (Cho *et al.*, 2012; Cho & Patten, 2007; Clarkson *et al.*, 2008; Patten, 2002).

Outros métodos de medição baseiam-se em classificações ordinais, procurando observar a qualidade da divulgação. Neste contexto, uma classificação mais elevada é geralmente associada à divulgação quantitativa, enquanto que uma classificação mais baixa se relaciona com a divulgação não quantitativa (Aerts & Cormier, 2009; Aerts *et al.*, 2008; Al-Tuwaijri *et al.*, 2004; Wiseman, 1982). A pontuação geral de divulgação resulta de uma combinação de classificações quantitativas e qualitativas para cada elemento

Segundo Faria (2012, 2015), a falta de divulgação de informações deve-se principalmente a dificuldades relacionadas com a mensuração, identificação e tratamento de aspetos subjetivos, como sejam os relativos a elementos humanos, sociais e ambientais

No estudo realizado por Faria (2018) a empresas portuguesas constatou-se que 64% das empresas da amostra afirmaram ter implementado ações práticas de responsabilidade social, enquanto as restantes 36% não realizaram nenhuma medida. As ações mencionadas incluíam horas de voluntariado, melhorias nas condições de trabalho e maior interação entre gestores e funcionários, com o objetivo de aumentar a produtividade e promover incentivos profissionais (Faria, 2018).

Num outro estudo, realizado por Henriques *et al.* (2022), as empresas portuguesas do setor florestal e de papel demonstraram uma tendência para se envolver de maneira mais direta e participativa com os seus *stakeholders*, resultando em níveis mais elevados de qualidade na divulgação não financeira em comparação com as empresas espanholas. Os autores concluíram que a maioria das empresas se envolve de maneira ampla e participativa com diversos *stakeholders*, o que potencia a aplicação do princípio da materialidade e resulta numa divulgação de maior qualidade (Henriques *et al.*, 2022).

Esta conclusão está alinhada com a literatura existente, que afirma que uma compreensão adequada das necessidades dos *stakeholders* é essencial para aumentar a qualidade e a credibilidade das divulgações (Calabrese *et al.*, 2015; Torelli *et al.*, 2020). Segundo os autores, apesar da preocupação com a RS, as empresas tendem a comunicar pouco as suas práticas, gerando uma contradição entre a afirmação do uso estratégico dessas ações e a falta de transparência. Embora as empresas reconheçam a importância da responsabilidade social, a informação não financeira reportada é limitada (Calabrese *et al.*, 2015; Torelli *et al.*, 2020). As empresas que divulgam este tipo de informações esperam usá-las estrategicamente para melhorar os resultados, fortalecer a imagem da marca e garantir benefícios económicos futuros, desejando integrar a responsabilidade social nas suas estratégias de longo prazo (Calabrese *et al.*, 2015; Torelli *et al.*, 2020).

No estudo realizado por Mion e Loza Adauí (2019) foi identificado um aumento na qualidade dos relatórios de sustentabilidade na Alemanha e na Itália após a implementação dos regulamentos obrigatórios da UE (Mion & Loza Adauí, 2019).

Wang *et al.* (2018) realizaram um estudo que examina a divulgação obrigatória de RSC na China e o seu impacto nos relatórios financeiros das empresas. Estes autores constataram que a obrigatoriedade de produção de relatórios de RSC melhora a qualidade

dos relatórios financeiros, reduzindo a Assimetria de Informações e limitando as práticas de manipulação de lucros (Wang *et al.*, 2018). De uma forma semelhante, Wang *et al.*, (2018) examinaram o impacto da regulamentação obrigatória sobre a qualidade dos relatórios de RSC na China. Os autores sustentam que essa regulamentação resulta também numa melhoria geral na qualidade dos relatórios de RSC (Wang *et al.*, 2018).

2.3.4. Teorias do relato de RSC/Sustentabilidade

A divulgação da informação social é sustentada por diversas abordagens teóricas.

Segundo Jensen e Meckling (2019), a teoria da legitimidade e a teoria dos *stakeholders* são as que mais se destacam no âmbito da pesquisa sobre a divulgação de informações sociais e ambientais. Além disso, a teoria da agência, a teoria de assimetria de informação e a teoria da divulgação voluntária também são abordadas na literatura.

2.3.4.1. Teoria da legitimidade

A legitimidade é um conceito muito valorizado pelas empresas, referindo-se à situação em que uma organização está alinhada com os valores do sistema social. Isso significa que a empresa age em conformidade com a doutrina reconhecida como socialmente responsável pela sociedade (Tilling, 2004). Esta teoria fundamenta-se na ideia de que as empresas devem considerar as normas e valores da sociedade, além de implementarem uma estrutura organizacional que transmita confiança, de modo a que as suas atividades sejam reconhecidas e consideradas legítimas pela comunidade (Caetano & Eugénio, 2015). Neste sentido, as organizações esforçam-se para obter um equilíbrio entre os valores sociais e os valores da organização, sendo que a sociedade está atenta às ações das empresas, provocando uma pressão sobre as organizações para que cumpram os objetivos estabelecidos (Milne & Patten, 2002).

Mousa e Hassan (2015) também destacam que, segundo o conceito de legitimidade, as empresas aspiram obter, manter ou restaurar a sua legitimidade por meio da elaboração de relatórios de sustentabilidade (Mousa & Hassan, 2015).

2.3.4.2. Teoria dos *stakeholders*

A Teoria dos *Stakeholders* assenta no equilíbrio dos interesses de todas as partes envolvidas, que pode influenciar o bem-estar da empresa, reconhecendo a importância de considerar a diversidade de perspectivas e exigências na promoção de uma gestão mais sustentável e responsável (Jensen, 2010).

Segundo Freeman (2010), a lista principal de *stakeholders* é composta pelos acionistas, pelos colaboradores, pelos clientes, pelos fornecedores e pela comunidade local, os quais podem influenciar os objetivos definidos pela organização (Freeman, 2010). As empresas sentem o impacto das ações e pressões exercidas pelos *stakeholders*, o que, por vezes, dificulta a conciliação de todos os interesses manifestados por estas partes interessadas (Ahmad *et al.*, 2003). Por outro lado, e ainda segundo os mesmos autores, a necessidade de divulgar mais informações torna-se mais evidente consoante a dimensão da empresa; quanto maior for a empresa, maior também será o número de *stakeholders* envolvidos. Isto resulta numa maior exposição da organização perante a sociedade, o que, por sua vez, intensifica a necessidade de aperfeiçoar a sua reputação (Ahmad *et al.*, 2003).

De acordo com Ofoegbu *et al.* (2018) para que as empresas possam sobreviver e ter um bom desempenho, é fundamental que mantenham boas relações com os seus *stakeholders*. Uma das formas de cultivar estes relacionamentos é através da divulgação de informações sociais e ambientais, o que ajuda a obter apoio e fortalecer os laços com estes parceiros (Ofoegbu *et al.*, 2018). Da mesma forma, Ullmann (1985) afirma que a divulgação da RSC serve como um fundamento para o diálogo com os diversos parceiros da empresa e, conseqüentemente, como uma forma de comunicar com a sociedade em geral para obter o seu apoio (Ullmann, 1985).

2.3.4.3. Teoria da agência

A Teoria da Agência, alvo de uma investigação abrangente e complexa, posiciona o proprietário do negócio como sendo o ator principal, enquanto que o agente assume o papel de gestor e representante dos recursos da organização (Iudícibus, 2010). Segundo o autor, a teoria explora a dinâmica entre os interesses do proprietário e do gestor, destacando a necessidade de alinhamento dos interesses de ambas as partes para maximizar o desempenho da empresa (Iudícibus, 2010).

A relação entre o ator principal e o agente não se limita apenas à interação entre o proprietário e o gestor, ela abrange também as relações com clientes, governo e comunidade (Martinez, 2015). Esta abordagem mais ampla destaca a importância de considerar diversos *stakeholders* na dinâmica organizacional, refletindo a complexidade das interações no contexto empresarial (Martinez, 2015).

A Teoria da Agência, formalizada por Jensen e Meckling (2019), baseia-se na relação entre os principais (proprietários da empresa/acionistas) e os agentes (gestores), partindo do pressuposto de que os gestores, responsáveis por tomar decisões, podem ter objetivos que nem sempre estão alinhados com os dos proprietários. Desta divergência de interesses (distintos e conflituosos) pode originar-se o conflito de agência, onde os gestores optam por maximizar os seus próprios interesses, em detrimento dos retornos dos acionistas (Jensen, 1983).

Este conflito de interesses incentivou a implementação de práticas de governança corporativa que promovem a transparência e o alinhamento dos interesses entre os investidores e os gestores, com o objetivo de equilibrar o interesse de ambas as partes (Eisenhardt, 1988). A literatura sugere que a divulgação de relatórios de sustentabilidade e práticas de RSE pelos gestores pode funcionar como um mecanismo para mitigar o conflito da agência (Orlitzky *et al.*, 2003). Estes autores referem que as empresas, ao fornecerem informações detalhadas sobre as práticas de sustentabilidade/RSE, reforçam a transparência e demonstram o compromisso de criar valor, para além dos lucros financeiros, o que pode aumentar a confiança dos acionistas. Por outro lado, a RSE permite, também, aos gestores construir uma confiança positiva e melhorar a imagem corporativa, proporcionando-lhes benefícios indiretos, como um maior reconhecimento, melhores condições de trabalho e benefícios monetários (Ahmad *et al.*, 2003).

2.3.4.4. Teoria da assimetria de informação

Rocha *et al.* (2012) explicam que a assimetria da informação ocorre quando há uma falta de plenitude nas informações transmitidas pelos agentes aos *stakeholders*. Isto acontece quando nem todos os factos e ocorrências relacionados com a organização são conhecidos por todas as partes envolvidas. De acordo com os autores, as principais informações podem ser retidas ou mantidas em sigilo por uma das partes. Como resultado, nem sempre as informações são divulgadas pelos mecanismos ocasionais (como relatórios financeiros

e outros relatórios periódicos), não permitindo refletir sobre a situação real da organização, o que pode gerar um desequilíbrio de informação dentro e fora da empresa (Rocha *et al.*, 2012).

A Assimetria da Informação pode ser vista como a constatação da existência de informações incompletas que são disponibilizadas pelo agente ao proprietário (Nascimento, 2008).

Segundo Mervelskemper e Streit (2017), relatórios de ESG favoráveis levam os *stakeholders* a valorizar positivamente o desempenho corporativo relativamente a questões de ESG. No entanto Cho *et al.* (2013) afirmam que facultar divulgações tanto negativas como positivas pode reduzir a assimetria de informações, embora o impacto do desempenho positivo seja menos significativo.

2.3.4.5. Teoria da divulgação voluntária

De acordo com Nishitani *et al.* (2021), a Teoria da divulgação voluntária sugere que empresas com melhor desempenho ambiental e social tendem a divulgar estas informações de forma proativa, fortalecendo a sua transparência e responsabilidade perante os *stakeholders* (Nishitani *et al.*, 2021). Por outro lado, a teoria da legitimidade, atrás descrita, sugere que as empresas com um desempenho ambiental e social mais pobre optam por uma divulgação seletiva ou mínima como uma estratégia para gerir a sua legitimidade e lidar com a pressão social. Apesar das diferenças, ambas as teorias confirmam o papel central que o desempenho ambiental e social representa nos relatórios voluntários, na medida em que não apenas cumprem as exigências regulamentares, mas também se ajustam às expectativas das partes interessadas (Nishitani *et al.*, 2021).

A Teoria da Divulgação Voluntária, aplicada ao contexto da sustentabilidade, sugere que a principal motivação para as empresas publicarem relatórios de sustentabilidade é melhorar a qualidade da tomada de decisões dos seus investidores (Clarkson *et al.*, 2008; Li *et al.*, 1997). De acordo com os autores, esta teoria assume que empresas com um desempenho ambiental e social mais sólido, e com um impacto financeiro positivo, têm mais incentivos para divulgar essas informações, diferenciando-se daquelas com menor desempenho (Clarkson *et al.*, 2008; Li *et al.*, 1997).

Acrescenta-se ainda que a Teoria da Divulgação Voluntária, quando aplicada às divulgações de sustentabilidade ambiental e social, sugere que o principal objetivo de uma empresa ao elaborar relatórios de sustentabilidade se baseia nos benefícios financeiros esperados que resultam de um desempenho social e ambiental superior, em vez de considerar aspetos mais amplos da sustentabilidade (Adams & Zutshi, 2004). Desta forma, à luz da teoria da divulgação voluntária, empresas que obtiveram um desempenho social e ambiental superior, com impacto financeiro positivo, têm a possibilidade de aumentar o seu valor de mercado ao divulgar informações sociais e ambientais (Al-Tuwaijri *et al.*, 2004; Bewley & Li, 2000; Clarkson *et al.*, 2008).

Segundo Verrecchia (2021), o processo de divulgação das informações vai aumentando à medida em que os gestores compreendem os benefícios proporcionados pela divulgação dessas informações, sejam elas de natureza económica ou institucional perante os seus *stakeholders* (Verrecchia, 2001).

2.4. Divulgação de informação social

Nos últimos anos, a crescente atenção global dada às questões de ESG, juntamente com a procura por um desenvolvimento corporativo sustentável, tem colocado a divulgação de informações ESG e a gestão da auditoria no centro das discussões, tanto no âmbito empresarial como no âmbito académico (Campanella *et al.*, 2021).

A divulgação de informações ESG desempenha um papel duplo: por um lado, aumenta a transparência corporativa e, por outro, responde às expectativas das partes interessadas. Além disso, fornece também informações essenciais para a tomada de decisões dos investidores, orientando assim as empresas em direções de desenvolvimento ambientalmente conscientes e sustentáveis (Lee *et al.*, 2022).

Giannarakis *et al.* (2014), afirmam que a divulgação da RSC é considerada crucial porque permite que os investidores e outras partes interessadas utilizem a informação dos relatórios de sustentabilidade para obter dados financeiros relevantes. Segundo os autores, estes relatórios ajudam na tomada de decisões, especialmente no que concerne ao impacto financeiro e ao impacto resultante das práticas sustentáveis adotadas pelas empresas (Giannarakis *et al.*, 2014).

Muitos autores recorrem aos relatórios e contas anuais para a recolha de dados relativos à divulgação de informação social para investigar o nível de RS das organizações, mas alertam que este tipo de investigação poderá ser criticada, uma vez que desconsidera outras formas de comunicação (Faria, 2018).

O relatório de sustentabilidade é considerado um dos avanços mais significativos na divulgação de informações empresariais. Este relatório representa um ato de divulgação que apresenta o desempenho económico, ambiental e social de uma organização, englobando tanto os aspetos positivos quanto negativos (Williams, 2015). Além de servir como um complemento à divulgação das contas anuais, o relatório de sustentabilidade é um indicador do nível de RS de uma organização perante os seus *stakeholders*, incluindo a comunidade onde está inserida (Navarro *et al.*, 2017).

No estudo realizado por Henriques *et al.* (2022), a uma amostra de empresas portuguesas e espanholas do setor de papel, os autores confirmaram um aumento no reporte não financeiro neste setor entre 2015 e 2020 (Henriques *et al.*, 2022). Uma das principais razões para este crescimento pode estar relacionada com a adoção da Diretiva Europeia 2014/95/UE, que, como referido, tornou obrigatória a divulgação de informações não financeiras para grandes empresas e entidades de interesse público (Ioannou, 2017).

2.5. Fatores determinantes da divulgação de informação Social

O papel dos conselhos de administração ocupa uma posição central na literatura sobre a governança corporativa. A sua supervisão e monitorização é essencial, permitindo atuar como um mecanismo-chave para garantir o controlo dos principais executivos em nome dos acionistas. Uma governança corporativa sólida não só assegura apenas a proteção dos interesses dos acionistas, mas também é fundamental para o sucesso sustentável e para a longevidade das empresas (Aras & Crowther, 2008; Elkington, 2006). Johnson *et al.* (1996) também corroboram a ideia de que os conselhos de administração desempenham um papel fundamental na governança corporativa, atuando na monitorização dos principais executivos e contribuindo para a definição das metas estratégicas globais da empresa. Este órgão assegura que a gestão executiva esteja alinhada com os interesses dos acionistas e com os objetivos de longo prazo da organização (Johnson *et al.*, 1996). Na teoria, os académicos defendem que os conselhos de administração devem atuar como

supervisores atentos da gestão executiva em nome dos acionistas e de outras partes interessadas (Elson, 1996). Um conselho de administração bem estruturado e eficaz é frequentemente visto como um indicador de uma boa governança corporativa. A boa governança, por sua vez, é fundamental para garantir a sustentabilidade e o sucesso a longo prazo da empresa (Aras & Crowther, 2008; Elkington, 2006).

Uma empresa constituída por um conselho de administração dinâmico é essencial para uma boa gestão e o controlo contribui para melhorar a qualidade da informação disponibilizada pela administração (Allegrini & Greco, 2011; Coulmont *et al.*, 2015). Estes autores concluem que as empresas compostas por conselhos de administração mais eficazes e que realizam previsões de lucros com maior frequência, conseguem reduzir a Assimetria de Informação em torno dos resultados.

O estudo elaborado por Giannarakis *et al.* (2014) verifica que a percentagem relativa à representação de mulheres nos conselhos de administração poderá ter impacto na divulgação da RSC (Giannarakis *et al.*, 2014).

De acordo com Aguilera e Cuervo (2004), a diversidade refere-se ao conjunto de recursos que cada pessoa transporta para dentro da organização (Aguilera & Cuervo A., 2004). Existem dois aspetos que devem ser tidos em consideração: um deles diz respeito às características básicas do indivíduo como, o sexo, a idade e a etnia; o outro aspeto relaciona-se com as características que não são visíveis como por exemplo o nível de socialização e de formação do indivíduo, o nível de escolaridade, as competências, os valores entre outros. Nos últimos tempos tem-se assistido a uma mudança significativa nos órgãos de gestão e as mulheres começam a ganhar um lugar na administração das empresas (Labelle *et al.*, 2015).

Outro determinante da divulgação de RSC respeita às características da empresa, as quais incluem o tamanho da empresa e o setor industrial. De acordo com estudos anteriormente realizados, o tamanho da empresa apresenta uma relação positiva e significativa com a divulgação da RSC (Lubis *et al.*, 2019). Utilizando uma amostra de empresas do setor químico listadas na bolsa chinesa, Zhang *et al.* (2008) destacam que as variáveis tamanho e rentabilidade apresentam relação significativa (Zhang *et al.*, 2008). Além disso, Mata *et al.* (2018) afirmam, com base na literatura, que a divulgação de informação pelas

empresas é influenciada por diversos fatores, incluindo aspetos organizacionais, fatores externos e a pressão dos *stakeholders* (Mata *et al.*, 2018).

Um estudo de Michelin *et al.* (2015), concluiu que as empresas que adotam as normas GRI possuem uma maior probabilidade de apresentar qualidade no relato da sustentabilidade (Michelon *et al.*, 2015).

Ali *et al.* (2017) analisaram os fatores que incentivam a divulgação de RSC e concluíram que as características organizacionais, como a dimensão da empresa ou o setor de atuação, são impulsionadoras da divulgação da RSC, tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento. Segundo os autores, as empresas com maior visibilidade social tendem a debruçar-se mais sobre questões sociais e ambientais, especialmente quando enfrentam maior pressão de diversos *stakeholders* (Ali *et al.*, 2017).

**CAPÍTULO III – OBJETIVO, MODELO CONCEPTUAL E
HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO**

Neste capítulo apresenta-se o objetivo do estudo, o modelo conceptual proposto e as hipóteses de investigação.

3.1. Objetivo do estudo

Esta investigação tem como objetivo analisar a extensão e qualidade da divulgação social por parte das empresas portuguesas e os seus fatores determinantes.

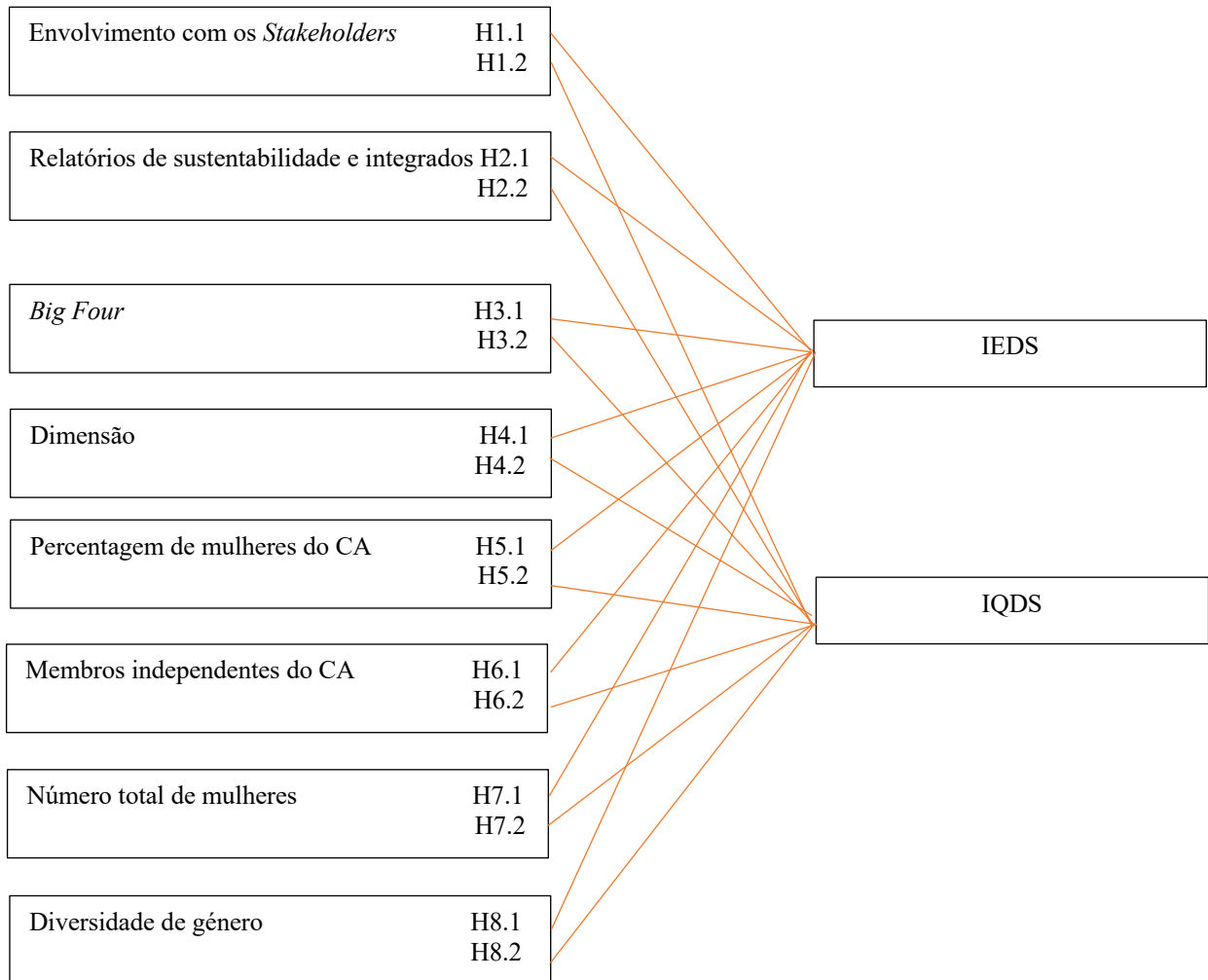
Os objetivos específicos deste estudo/investigação compreendem:

- A análise da extensão e qualidade da divulgação social e a sua evolução;
- A identificação dos fatores que influenciam o IEDS e IQDS, nomeadamente o envolvimento com os *stakeholders*, o tipo de relatório publicado pelas organizações (anual, integrado e sustentabilidade), as empresas auditadas por uma *Big Four*, a dimensão da empresa, percentagem de mulheres no conselho de administração e a percentagem de membros independentes do conselho de administração e o número de mulheres e a diversidade da força do trabalho.

3.2. Modelo conceptual

Relativamente ao segundo objetivo deste estudo, este encontra-se retratado no modelo concetual apresentado na Figura 7. Assim, nesta análise pretende-se observar se as variáveis independentes (envolvimento com os *stakeholders*, tipo de relatório publicado, empresas auditadas por uma *Big Four*, dimensão da empresa, percentagem de mulheres no conselho de administração, percentagem de membros independentes no conselho de administração, número de mulheres na empresa e a diversidade de género da força de trabalho) apresentam um impacto positivo nas variáveis dependentes (IQDS) e (IEDS). Este objetivo dá origem a 16 hipóteses de investigação

Figura 7 - Modelo Conceptual.



Fonte: Elaboração própria.

3.3. Hipóteses de investigação

Os relatórios de RSC/sustentabilidade podem ser interpretados como instrumentos de divulgação destinados a informar todas as partes interessadas sobre os impactos ambientais, sociais e económicos, assim como o desempenho relacionado num determinado período de tempo (García L. & Martínez J, 2018). A divulgação de informações relativas à responsabilidade social é, então, uma forma de demonstrar o desempenho social da organização, permitindo que esta seja mais transparente perante os

seus *stakeholders* (Bushman & Smith, 2003; Cormier *et al.*, 2009; Michelon, 2011; Seibert & Clea, 2019).

A qualidade do relacionamento com os *stakeholders* pode criar um ambiente social favorável, que beneficiará a organização a longo prazo (Jensen, 2010). No entanto, isso só será possível com o cumprimento das obrigações ambientais e sociais (Bosch M. *et al.*, 2015). Por outras palavras, os interesses dos *stakeholders* vão além dos resultados económicos e financeiros, abrangendo também a responsabilidade social da organização (Deegan & Blomquist, 2006; Phillips, 2003). Num estudo realizado por Campillo e Igual (2021) concluiu-se que quando as organizações envolvem os *stakeholders* nas implementações de estratégias de RSC conseguem transmitir clareza e credibilidade, aumentando assim a qualidade dos relatórios. Perante o exposto, surge a primeira hipótese de investigação:

H1: As empresas com um maior envolvimento com os *stakeholders* apresentam melhores índices de divulgação social.

Especificamente pretende-se analisar se:

H1.1: As empresas com um maior envolvimento com os *stakeholders* apresentam um melhor IEDS.

H1.2: As empresas com um maior envolvimento com os *stakeholders* apresentam um melhor IQDS.

Num estudo realizado por Koh *et al.* (2023) reforça-se que, em termos de quantidade de informação, as empresas com melhor desempenho em RSC publicam relatórios de RSC mais extensos e incluem informações adicionais nos seus relatórios de RSC em comparação com os relatórios anuais (Koh *et al.*, 2023). Já no que concerne à qualidade da informação, os autores concluíram que as empresas com melhor desempenho em RSC estão menos concentrados em questões de curto prazo nos seus relatórios de RSC, o que indica uma maior qualidade na divulgação; por seu turno, as empresas com baixo desempenho em RSC tendem a apresentar uma menor qualidade na divulgação, evidenciada pelo uso de termos mais vagos nos seus relatórios de RSC (Koh *et al.*, 2023)

Um estudo realizado por Sierra *et al.* (2013), tendo por base 7144 observações, conclui que 16,2% das empresas publicam relatórios independentes que integram informações financeiras e não financeiras, principalmente nos setores de materiais básicos, construção

e bens de consumo. A divulgação de relatórios integrados está positivamente ligada à existência de relatórios de RSC associados ao ano, ao tamanho da empresa e ao uso dos indicadores GRI (Sierra *et al.*, 2015). Com base no que foi exposto, apresenta-se a seguinte hipótese de investigação:

H2: O tipo de relatório utilizado tem influência positiva o nos índices de divulgação social.

Especificamente pretende-se analisar se:

H2.1: O tipo de relatório utilizado tem influência positiva no IEDS.

H2.2: O tipo de relatório utilizado tem influência positiva no maior IQDS.

Diversos autores têm explorado a relação entre a complexidade do conteúdo das divulgações de informações ESG e a de auditoria na qualidade dessas informações verificando-se que esta relação se tem vindo a tornar mais estreita (Zahid *et al.*, 2022).

A auditoria desempenha um papel crucial na garantia da imparcialidade e precisão das informações financeiras e, mais recentemente, na divulgação de informações ESG (Boulhaga *et al.*, 2023). Embora pesquisas anteriores se concentrem amplamente no impacto da auditoria sobre os relatórios financeiros, nos últimos anos tem havido um crescente interesse na compreensão do seu papel e influência na qualidade das divulgações ESG (Boulhaga *et al.*, 2023).

Segundo Liu *et al.* (2022), a auditoria tem demonstrado um impacto positivo na qualidade e fiabilidade das divulgações ESG (Liu *et al.*, 2022). Consequentemente, a auditoria das informações ESG aumenta a confiança dos investidores e de outras partes interessadas, promovendo uma compreensão mais completa do desempenho da empresa em iniciativas de desenvolvimento sustentável (Moss *et al.*, 2024). O estudo de Koh *et al.* (2023) também revelou que muitos relatórios ESG de grandes empresas já passaram por auditoria, o que reforça a credibilidade dessas divulgações (Koh *et al.*, 2023). Neste sentido, surge a seguinte hipótese de investigação:

H3: As empresas auditadas por uma *Big Four* apresentam melhores índices de divulgação social.

As subhipóteses associadas a esta hipótese são:

H3.1: As empresas que recorrem às *Big Four* apresentam um melhor IEDS.

H3.2: As empresas que recorrem às *Big Four* apresentam um melhor IQDS.

Vários estudos afirmam que o tamanho da empresa influencia a divulgação de RSC, sendo que as empresas de maior de dimensão possuem recursos que suportam os valores associados a publicação de relatórios não financeiros (Brammer & Millington, 2006; Udayasankar, 2008). Empresas de grande dimensão enfrentam uma pressão maior das partes interessadas, como já evidenciado no capítulo 2, o que as leva a divulgar mais informações sociais, económicas e ambientais. (Domench, 2001; Monteiro & Aibar, 2010; Larrinaga & García, 2003).

Num estudo feito por Martínez *et al.* (2013), com base numa amostra composta por 747 empresas não financeiras para o período de 2002 a 2010, concluiu-se que o tamanho da empresa influencia positivamente a qualidade das informações sobre RSC, sendo estatisticamente significativo a um nível de confiança de 99% (Martínez *et al.*, 2015). Desta forma, empresas maiores tendem a apresentar informações de RSC mais uniformizadas e alinhadas com as diretrizes do GRI, em resposta à pressão das partes interessadas em informação sobre diversos temas (Domench, 2001; Larrinaga & Garcí, 2003). Nesta linha de pensamento, neste estudo é formulada a seguinte hipótese de investigação:

H4: As empresas de maior dimensão apresentam melhores índices de divulgação Social.

Esta hipótese divide-se nas subhipóteses:

H4.1: As empresas de maior dimensão apresentam um melhor IEDS.

H4.2: As empresas de maior dimensão apresentam um melhor IQDS.

O aumento de número de mulheres nos conselhos de Administração não reflete apenas as mulheres escolhidas para o conselho, mas também a atração de talento do género feminino para a organização, assegurando uma maior presença feminina em todos os níveis de gestão (Halrynjo & Teigen, 2024).

Vários estudos apontam que as empresas com uma maior proporção de mulheres no conselho de administração. Desta forma, neste estudo formula-se a seguinte hipótese de investigação:

H5: As empresas com maior percentagem de mulheres no conselho de administração apresentam melhores índices de divulgação social.

As subhipóteses são:

H5.1 As empresas com maior percentagem de mulheres no conselho de administração apresentam um melhor IEDS.

H5.2 As empresas com maior percentagem de mulheres no conselho de administração apresentam um melhor IQDS.

A presença de membros independentes no conselho de Administração é crucial, pelo facto de estes se preocuparem com os interesses dos acionistas, evitando comportamentos oportunistas, contribuindo assim para o bom funcionamento da organização (Barros *et al.*, 2013).

No estudo realizado por Pucheta *et al.* (2016) conclui-se que uma elevada proporção de diretores independentes no conselho de administração, aliada à presença de um presidente do género feminino, melhora a qualidade dos relatórios financeiros. Segundo os autores, estes resultados reforçam a ideia de que a diversidade de género na governança corporativa pode ser útil para as partes interessadas, como utilizadores de informações financeiras, para aumentar a fiabilidade dos relatórios financeiros (Pucheta *et al.*, 2016). Consequentemente, formula-se a seguinte hipótese de investigação:

H6: As empresas com maior número de independentes do conselho de administração são as que apresentam um nível de divulgação superior.

As subhipóteses são:

H6.1: As empresas com maior número de independentes do conselho de administração apresentam um melhor IEDS.

H6.2: As empresas com maior número de independentes do conselho de administração apresentam um melhor IQDS.

A diversidade de género pode ser entendida como um recurso valioso que influencia positivamente a divulgação de informações sobre ESG. As organizações que contam com uma maior diversidade de género ao nível de conselho de administração conseguem aceder a um conjunto único de recursos intangíveis que potencializam as suas iniciativas de divulgação de ESG. Alguns estudos identificam uma correlação positiva entre a

diversidade de género nos conselhos de administração e o desempenho ESG (Kamarudin, *et al.*, 2022; Eliwa *et al.*, 2023), contudo, outros apontam para uma relação negativa entre essas variáveis (Huang & Zu, 2022). Os resultados do estudo realizado por Dempere e Abdalla (2023) evidenciam uma relação positiva entre a diversidade de género e as pontuações de divulgação de ESG. Monteiro *et al.* (2023) constata que a proporção de mulheres no conselho de administração contribui positivamente para a divulgação de informação ambiental por parte das empresas portuguesas. Além disso, Monteiro *et al.* (2022) verificam que a presença de mulheres nas equipas de gestão atua como uma variável impulsionadora do relato de informação social.

Neste sentido, formula-se a seguinte as seguintes hipóteses de investigação:

H7: As empresas com maior número de colaboradores do género feminino são as que apresentam melhores índices de divulgação social.

As subhipóteses são:

H7.1: As empresas com maior número de colaboradores do género feminino são as que apresentam um melhor IEDS.

H7.2: As empresas com maior número de colaboradores do género feminino são as que apresentam um melhor IQDS.

H8: As empresas com maior diversidade de género no conselho de administração apresentam melhores índices de divulgação social.

Esta hipótese ramifica-se nas sub hipóteses:

H8.1: As empresas com maior diversidade de género no conselho de administração apresentam um maior IEDS.

H8.2: As empresas com maior diversidade de género no conselho de administração apresentam um maior IQDS.

CAPÍTULO IV – METEDOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo será descrita a metodologia utilizada neste estudo, a qual assenta numa abordagem qualitativa e quantitativa.

4.1. Metodologia

A metodologia adotada neste estudo é de natureza qualitativa e quantitativa. Numa primeira fase será realizada uma análise de conteúdo a relatórios (relatórios de sustentabilidade, relatórios integrados e relatórios anuais) de empresas portuguesas e desenvolvidos dois índices de divulgação social, um IEDS e um IQDS, com base nos sub indicadores da GRI400. Neste estudo optou-se por utilizar relatórios publicado entre os anos de 2018 e 2022. Posteriormente, será realizada uma análise de regressão linear múltipla com dados em painel, com o objetivo de identificar os determinantes da divulgação de informação social (IEDS e IQDS)

O critério de seleção da amostra teve por base as empresas utilizadas em estudos anteriores (Silva, 2022) e também empresas com registo na base de dados no *site* GRI (<https://www.globalreporting.org>), seleccionando as empresas que apresentam relatórios para o período em análise. Para as entidades que não divulgam relatórios de sustentabilidade num determinado ano do período em análise, optou-se pela recolha do relatório apresentado na página *Web* da empresa, caso se confirme a sua existência.

Neste estudo, a amostra é constituída por 64 empresas, correspondendo a um total de 279 relatórios. Na Tabela 1 estão representadas as empresas abrangidas na amostra. No Apêndice II é apresentada a tabela com a listagem das empresas e respetivo setor de atividade e, o Apêndice III elenca a informação sobre a recolha e a origem dos dados.

Tabela 1 - Composição da Amostra.

Composição da amostra - empresas portuguesas		
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	Grupo Ageas Portugal	Santander Totta
Águas de Portugal	Hovione	Secil
Altice Portugal	Huf Portuguesa	Simarsul
Altri	Ibersol	Sonae
Ana Aeroportos	Inapa	Sonae Indústria
APDL	INCM	Sovena
APS	Jerónimo Martins	Sumol + Compal
Atlântico Europa Bank	José de Mello Saúde	TAP Group
Auchan	Lidl Portugal	Teixeira Duarte
Bondalti	Lipor	The Navigator
Brisa	Logoplaste	Company
Caixa Geral de Depósitos	Luís Simões	TMG Automotive
Carris	Metro do Lisboa	Tratolixo
Celbi	Metro de Porto	Unicer
Corticeira Amorim	Millennium BCP	Vodafone
Crédito Agrícola	Mota- Engil SGPS	
CTT	Nestlé Portugal	
Depli Automotive	Nos	
EDP	Novo Banco	
EPAL	Ren	
Esposende Ambiente	Resíduos do Nordeste	
Eurest	RTP	
Fidelidade	Santa Casa da Misericórdia de	
Galp	Lisboa	
Gestamp Aveiro	Santa Casa da Misericórdia do	
	Porto	

Fonte: Elaboração própria.

4.2. Mensuração das variáveis

No âmbito deste estudo será desenvolvido um modelo conceptual que avalia dois índices de divulgação, o IEDS e o IQDS.

As fórmulas abaixo representam os dois índices mencionados anteriormente:

$$IEDSn = \sum_{n=1}^e e_j/e$$

$$IQDS = \sum_{n=1}^e e_{jq}/e_q$$

- ⇒ e_j - número de indicadores divulgados no relatório
- ⇒ e - número total de indicadores analisados
- ⇒ e_{jq} – classificação da divulgação no relatório, de acordo com a escala de qualidade (0 a 4)
- ⇒ e_q – classificação total da divulgação no relatório, considerando a escala de qualidade (0 a 4)

O estudo da divulgação de informação social foi elaborado tendo por base, conforme já referido, os subindicadores de categoria social GRI 400, apresentados no apêndice I. No desenvolvimento do IEDS foi utilizado o critério utilizado em estudos anteriores (Monteiro, 2021), recorrendo-se à utilização de uma variável dicotómica *dummy*, em que “0” significa que a informação não é divulgada e “1” significa que a informação é divulgada. Relativamente ao IQDS, aplicou-se a escala de Evangelinos *et al.* (2018), constituída por uma escala de 0 a 4, justificada em seguida (Evangelinos *et al.*, 2018):

- 0- Não divulga qualquer tipo de informação;
- 1- O relatório faculta declarações vagas, sem informação específica;
- 2- O relatório inclui informações relevantes sobre o indicador, mas o conteúdo é manifestamente insuficiente;
- 3- As informações incluídas são adequadas e abrangentes, mas não totalmente completas;
- 4- A informação apresentada pode-se considerar-se “completa”, uma vez que está em conformidade com o que é preconizado nas normas GRI.

Para observar os fatores que influenciam o IEDS e o IQDS utilizam-se as seguintes regressões para testar as hipóteses (duas equações):

$$IEDS_n = \beta_0 + \beta_1 ES_n + \beta_2 RSI_n + \beta_3 BF_n + \beta_4 DIM_n + \beta_5 PERM_CA_n + \beta_6 PERIND_CA_n + \beta_7 N_FEM_n + \beta_8 DIV_FEM_n$$

(Equação 1)

$$IQDS_n = \beta_0 + \beta_1 ES_n + \beta_2 RSI_n + \beta_3 BF_n + \beta_4 DIM_n + \beta_5 PERM_CA_n + \beta_6 PERIND_CA_n + \beta_7 N_FEM_n + \beta_8 DIV_FEM_n$$

(Equação 2)

As variáveis independentes foram explicadas da seguinte forma:

- **ES (Envolvimentos com os stakeholders)** – número de partes interessadas envolvidos com a empresa.
- **RSI (Relatório de sustentabilidade/integrado ou outro)** - tipo de relatório apresentado pela empresa. Assume “1” se a empresa publicou relatório de sustentabilidade/integrado e “0” se publica outro tipo de relatório.
- **BF (Big Four)** – assume “0” caso a empresa de auditoria não pertença às *Big Four* e “1” caso pertença;
- **DIM (dimensão da empresa)** – número total de colaboradores;
- **PERM_CA (percentagem de mulheres do conselho de administração)** – percentagem de mulheres que constituem o conselho de administração face ao total de membros;
- **PERIND_CA (percentagem de membros independentes)** - percentagem de membros independentes do conselho de administração face ao total de membros;
- **N_FEM (número total de mulheres)** – número total de mulheres na empresa;
- **DIV_FEM (diversidade de género)** – Diversidade de género na organização. Percentagens de mulheres no total dos empregados.

4.3. Análise dos dados

Neste estudo foi realizada uma análise descritiva da amostra apresentada e dos dados. Após a realização desta análise, e de modo a testar as hipóteses de investigação, foi elaborada uma análise de regressão linear. Para apoiar a investigação, a análise de regressão linear em painel foi realizada no *software Eviews 12*, versão *Student Lite*.

CAPÍTULO V – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No capítulo que se segue encontra-se a análise dos dados e discussão dos resultados.

5.1. Análise descritiva da amostra

Este estudo é sustentado numa amostra de 64 empresas portuguesas, distribuída por diversos setores de atividade. Após análise da amostra verifica-se que o setor de atividade com maior frequência é o da “Indústria Alimentar” (14,06%) e os setores de atividade com menor frequência são os Conglomerados, Média, Produtos Químicos e o Ramo Imobiliário (cerca de 2%).

A Tabela 2 apresenta as empresas da amostra por setor de atividade.

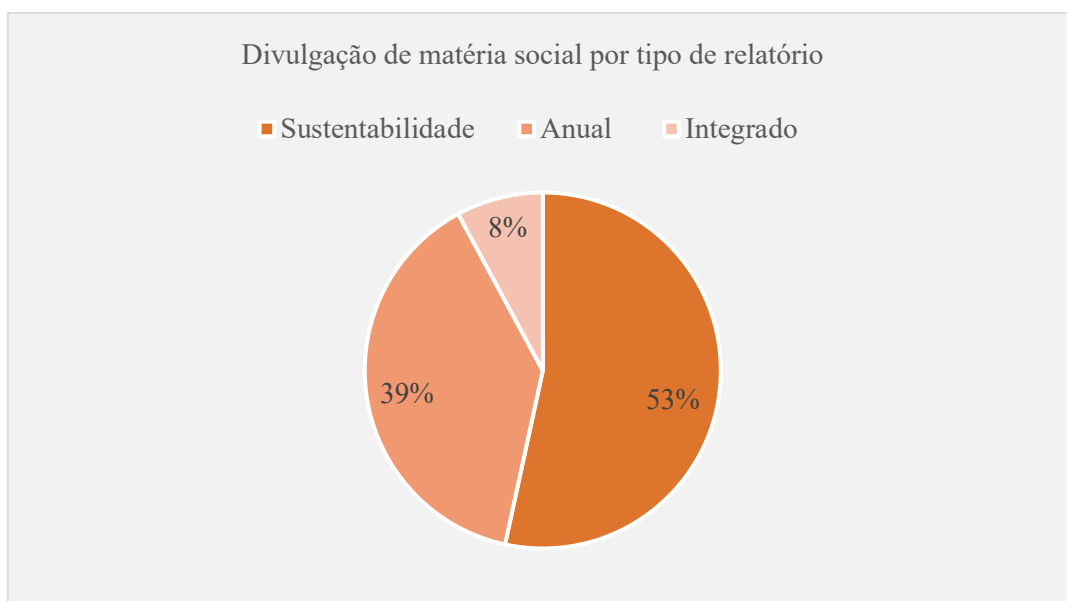
Tabela 2 - Frequência de empresas por setor de atividade.

Setor de Atividade	Frequência Absoluta (n)	Frequência relativa (%)
Agência Pública	1	2%
Automóvel	4	6%
Aviação	2	3%
Conglomerados	1	2%
Construção	2	3%
Energia	3	5%
Ferrovia	4	6%
Gestão de Resíduos	4	6%
Indústria Alimentar	9	14%
Logística	2	3%
Média	1	2%
Outros	3	5%
Produtos Florestais e de Papel	5	8%
Produtos Químicos	1	2%
Ramo Imobiliário	1	2%
Retail	1	2%
Saúde	2	3%
Seguradora	2	3%
Serviços Financeiros	6	9%
Telecomunicações	3	5%
Utilitários de Água	5	8%
Serviços sem Fins Lucrativos	2	3%
Total	64	100%

Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico 1 apresenta o número de relatórios analisados por tipo (sustentabilidade, anual e integrado). Consta-se que 53% das empresas publicou relatórios de sustentabilidade, 39% das empresas disponibiliza relatórios anuais, sendo que poucas empresas optam por publicar o relatório integrado (apenas 8%).

Gráficos 1 - Divulgação social por tipo de relatório.



Fonte: Elaboração própria.

Na Tabela 3 apresenta-se o número de empresas da amostra, por ano analisado, que adota as normas GRI. É possível constatar que depois do ano de 2021 o número de empresas a adotar as normas GRI aumentou.

Tabela 3 - Nível de adoção da norma GRI.

Nível	2018		2019		2020		2021		2022		Média	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Não	15	24%	16	27%	12	22%	12	24%	11	26%	13	24%
Sim	47	76%	43	73%	42	78%	39	76%	42	79%	43	76%
Total	62	100%	59	100%	54	100%	51	100%	53	105%	56	100%

Medida: 0- não adota; 1- adota

Fonte: Elaboração própria.

Na Tabela 4 observa-se o nível de abrangência das normas GRI nos relatórios analisados, em que “0” foi utilizado para relatórios que não seguem a norma GRI, “1” para os relatórios classificados com nível de divulgação essencial e “2” para os relatórios classificados com nível de divulgação abrangente. Assim, verifica-se que 17,92% das empresas não seguiram a norma GRI, 51,25% indicam divulgar no nível essencial e 30,82% das empresas divulgam no nível abrangente.

Tabela 4 - Nível de abrangência da norma GRI.

Nível	2018	2019	2020	2021	2022	Total	%
0	10	12	11	8	9	50	17,92%
1	33	30	26	27	27	143	51,25%
2	19	17	17	16	17	86	30,82%
Total	62	59	54	51	53	279	100%

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 5 apresenta o nível de envolvimento da empresa com os *stakeholders*. Através desta tabela, verifica-se que em 2018 o envolvimento com os todos os *stakeholders* se encontrava abaixo dos 50% (47%); ao longos dos anos seguintes constata-se uma evolução, ultrapassando-se a barreira dos 50%, tendo o valor mais alto sido atingido em 2021 (61%).

Tabela 5 - Nível de envolvimento com os *stakeholders*.

Nível	2018		2019		2020		2021		2022	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0	11	18%	8	14%	6	11%	4	8%	5	9%
1	2	3%	1	2%	2	4%	0	0%	0	0%
2	2	3%	2	3%	2	4%	1	2%	0	0%
3	5	8%	4	7%	4	7%	4	8%	5	9%
4	8	13%	8	14%	5	9%	4	8%	5	9%
5	5	8%	5	8%	5	9%	7	14%	7	13%
6	29	47%	31	53%	30	56%	31	61%	31	58%
	62	100%	59	100%	54	100%	51	100%	53	100%

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 6 mostra o número de empresas auditadas por uma das *Big Four*. Observa-se que o ano de 2020 apresenta a percentagem mais baixa (57%). Nos anos seguintes, as percentagens ultrapassam os 60%. O pico foi alcançado em 2021, ou seja, 64% das empresas são auditadas por uma *Big Four*.

Tabela 6 - Número de empresas auditadas por uma *Big Four*.

	2018		2019		2020		2021		2022	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0	26	42%	23	39%	23	43%	16	29%	20	38%
1	36	58%	36	61%	31	57%	35	64%	33	62%

Medida: 0- não recorre a uma *Big Four*; 1- recorre a uma *Big Four*

Fonte: Elaboração própria

Em relação ao conselho de administração, a Tabela 7 identifica as estatísticas descritivas sobre o número de membros total e os membros independentes do conselho de administração. Conforme observado, o número médio de membros do conselho de administração é 7,81. Relativamente aos membros independentes do conselho de administração, o valor médio é de 1,25.

Tabela 7 - Número de membros do conselho de administração.

Conselho de Administração	Média	Média (b)/(a) (%)	Desvio padrão
Número de administradores (a)	7,81	16,01%	5,409
Número de membros independentes (b)	1,25		4,138

Fonte: Elaboração própria.

No que respeita ao número de mulheres do conselho de administração, a Tabela 8 identifica as estatísticas descritivas sobre o número de membros total e sobre o número de membros mulheres do conselho de administração. Pode-se constatar que o número

médio de membros do conselho de administração é 7,81 e o número de mulheres no conselho de administração é, em média, de 1,47.

Tabela 8 - Número de mulheres no conselho de administração

Mulheres no conselho de administração	Média	Média (b)/(a) (%)	Desvio padrão
Conselho de administração (a)	7,81	18,82%	5,389
Número de mulheres no conselho de administração (b)	1,47		4,081

Fonte: Elaboração própria.

Olhando agora para o número de colaboradores, a Tabela 9 identifica as estatísticas descritivas sobre o número total de colaboradores e sobre o número de mulheres. Consoante se pode observar, o número médio de colaboradores é de 18.179,38. Relativamente ao número de mulheres, o valor médio é de 8.228,94.

Tabela 9 - Número de colaboradores

Número de colaboradores	Média	Média (b)/(a) (%)	Desvio padrão
Número total de colaboradores (a)	18179,38	45,27%	12854,44
Número de mulheres (b)	8228,94		9103,05

Fonte: Elaboração própria.

Na tabela 10 é apresentada a diversidade da força do trabalho por ano. Pode-se constatar que ao longo dos anos a diversidade de género da força de trabalho das empresas portuguesas analisadas foi se mantendo nos 39%.

Tabela 10 - Diversidade de género

	2018	2019	2020	2021	2022
%	38,80%	38,66%	38,66%	38,59%	38,57%

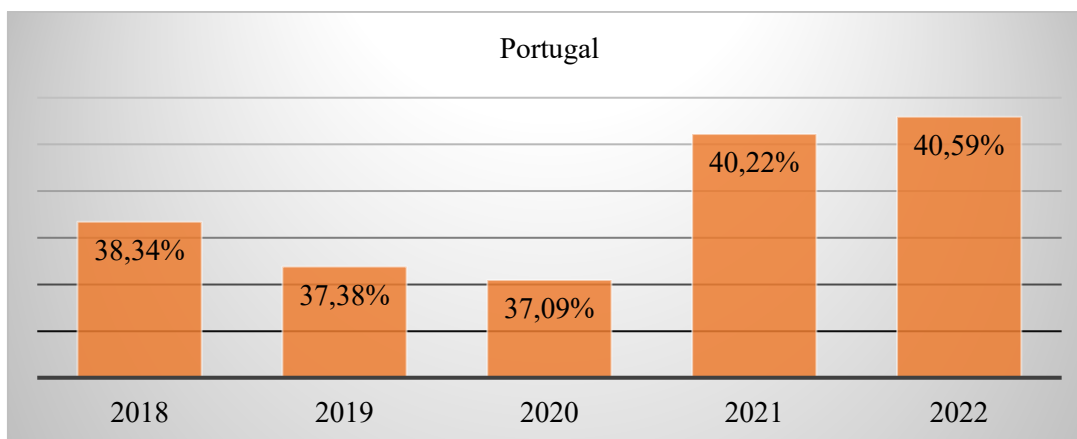
Fonte: Elaboração própria.

5.2. Análise e discussão de resultados

O primeiro objetivo deste trabalho consiste em analisar a divulgação de informação social (IEDS e IQDS) e sua evolução. Conforme ilustrado nos Gráficos 2 e 3, verifica-se uma

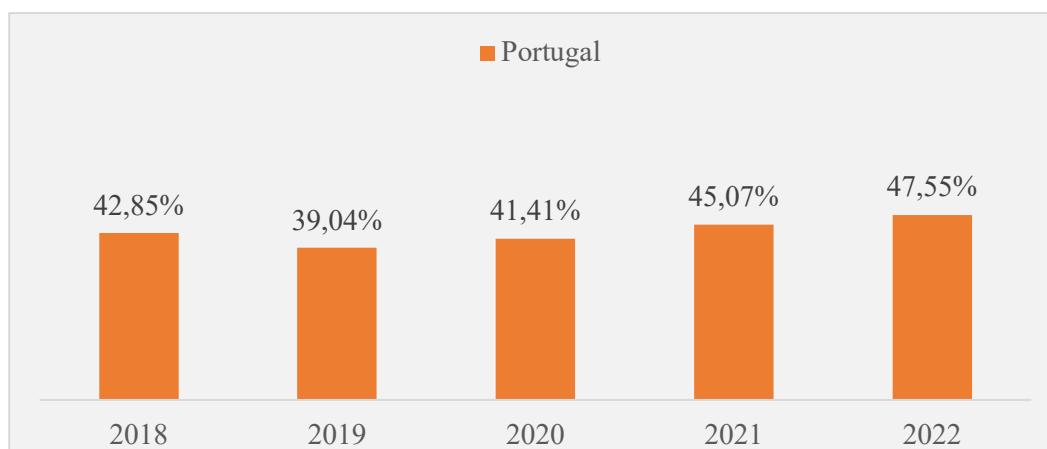
evolução negativa no IEDS nos anos de 2018 a 2020, o que pode estar associado ao facto de, nesses anos, o país ter passado pela crise sanitária. O IQDS apresenta uma evolução positiva de 2018 para 2022.

Gráficos 2 - Evolução do IEDS no período de 2018 a 2022.



Fonte: Elaboração própria.

Gráficos 3 - Evolução do IQDS no período de 2018 a 2022.



Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao IEDS, conclui-se que:

- De 2018 a 2019: ocorreu uma diminuição de 0,96 ponto percentuais;
- De 2019 a 2020: ocorreu uma diminuição de 0,29 ponto percentuais;
- De 2020 a 2021: ocorreu um aumento de 3,13 pontos percentuais;
- De 2021 a 2022: ocorreu um aumento de 0,37 ponto percentuais.

Em relação ao IQDS, conclui-se que:

- De 2018 a 2019: ocorreu uma diminuição de 3,81 pontos percentuais;
- De 2019 a 2020: ocorreu um aumento de 2,01 pontos percentuais;
- De 2020 a 2021: ocorreu um aumento de 3,66 pontos percentuais;
- De 2021 a 2022: ocorreu um aumento de 2,48 pontos percentuais;

Com base nos resultados apresentados, verifica-se que IEDS aumentou nos dois últimos anos e que o IQDS aumentou em todos os anos analisados, demonstrando uma tendência de melhoria na transparência social, em respostas às exigências regulamentares. Estes resultados indicam um esforço gradual por parte das empresas para intensificar a transparência, refletindo um progresso constante na implementação e relato das práticas de sustentabilidade.

A Tabela 11 apresenta os índices por indicador GRI 400, para o período de 2018 a 2022. Relativamente ao IEDS (tabela 8), os indicadores 401 - Emprego (88%) e 405 - Diversidade e Igualdade de Oportunidades (70%) apresentam os melhores resultados. Os indicadores 402 - Relações de Trabalho, 403 - Saúde e Segurança do Trabalho, 404 - Capacitação e Educação, 406 - Não Discriminação, 407 - Liberdade Sindical e Negociação Coletiva; 408 - Trabalho Infantil, 409 - Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo, 410 - Práticas de Segurança, 411 - Direitos de Povos Indígenas, 413 - Comunidades Locais, 414 - Avaliação Social de Fornecedores, 415 - Políticas Públicas, 416 - Saúde e Segurança do Consumidor e 417 - Marketing e Rotulagem apresentam índices de divulgação entre os 10% e os 63%. O indicador 418 - Privacidade do Cliente é o que apresenta o índice mais baixo (6%).

No que respeita ao IQDS, verifica-se que os indicadores 401 - Emprego e 405 - Diversidade e Igualdade de Oportunidades são os mais divulgados (47% e 33%, respetivamente). O indicador onde se verifica uma percentagem mais baixa é o 415 - Políticas Pública (0%). Os restantes indicadores revelam percentagens entre os 1% e os 30%.

Tabela 11 – Índice por indicador GRI 400, no período de 2018 a 2022

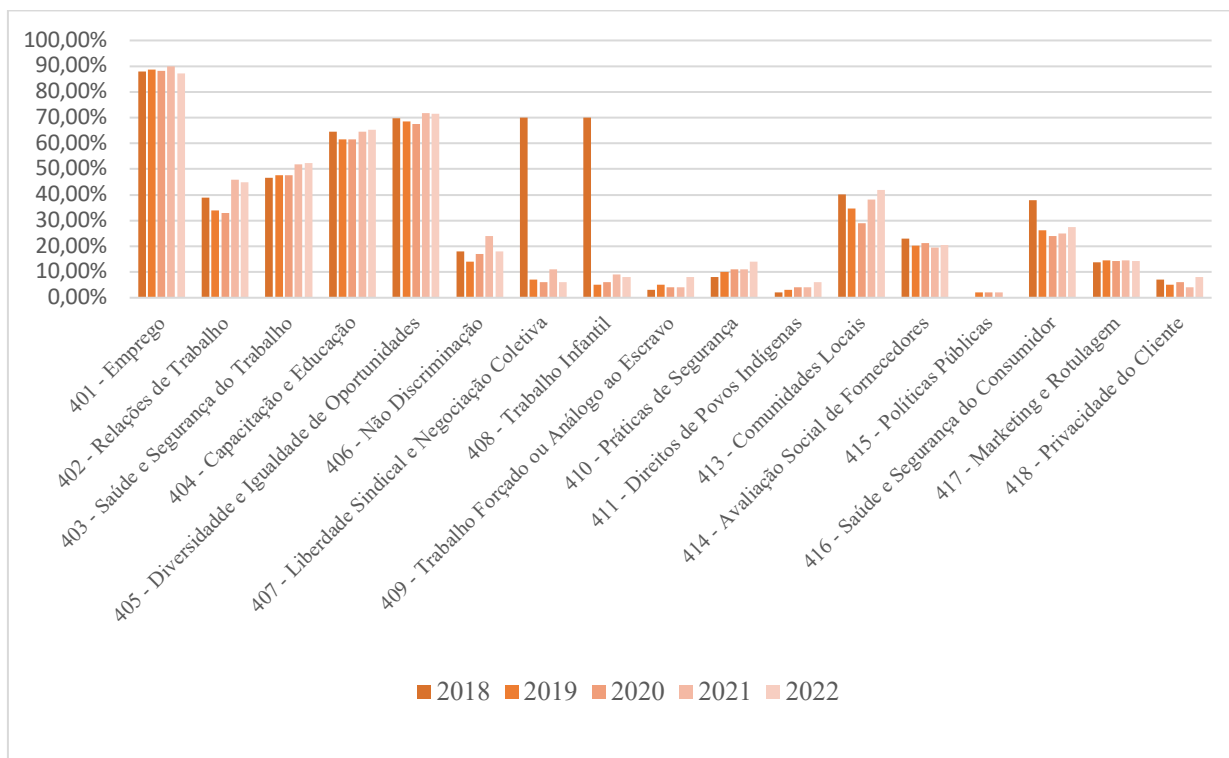
	IEDS	IQDS
401	88%	47%

402	34%	16%
403	49%	17%
404	63%	30%
405	70%	33%
406	18%	6%
407	20%	2%
408	20%	2%
409	48%	1%
410	11%	4%
411	4%	2%
413	37%	28%
414	21%	15%
415	12%	0%
416	28%	24%
417	14%	6%
418	6%	20%

Fonte: Elaboração própria.

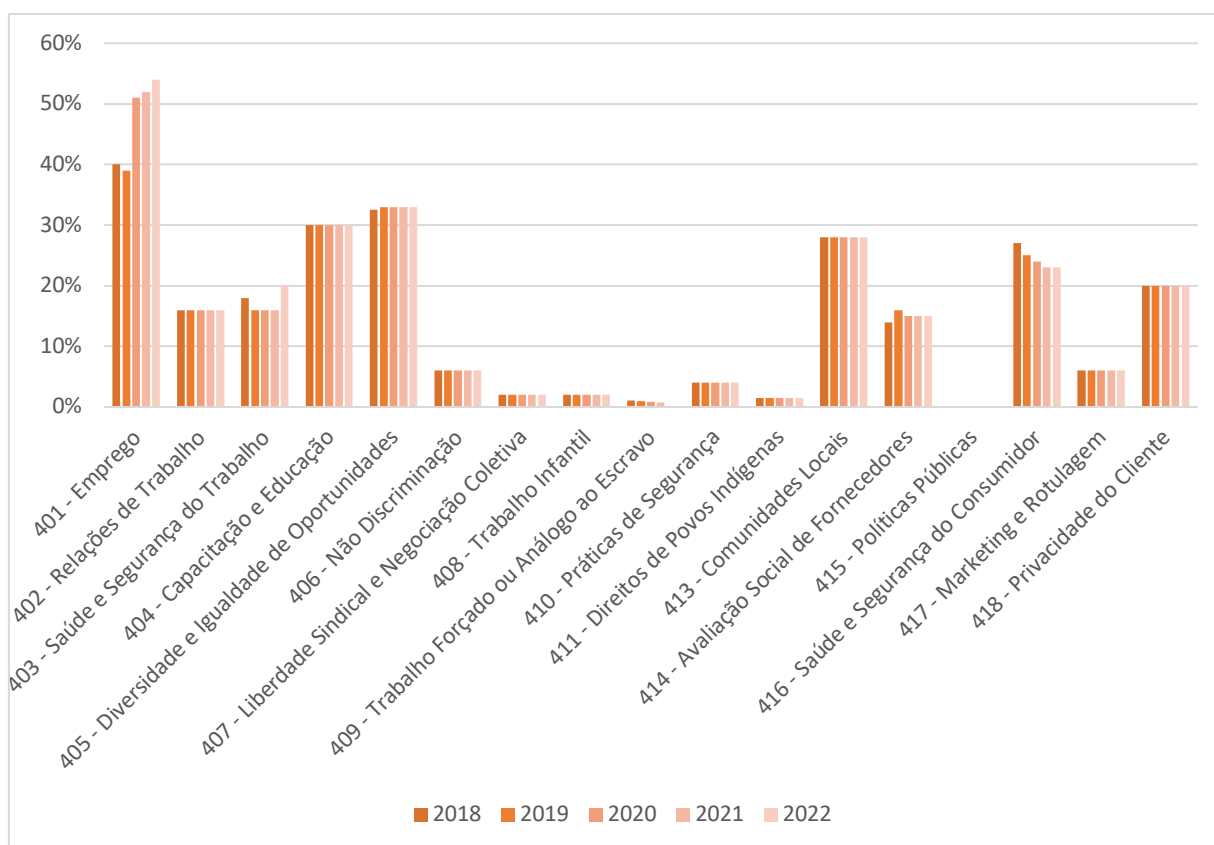
Nos gráficos 4 e 5 é apresentado a evolução da divulgação social (IEDS e IQDS) por indicador GRI 400, para o período de 2018 a 2022.

Gráficos 4 - Evolução do IEDS por indicador GRI 400 para o período de 2018 a 2022.



Fonte: Elaboração própria.

Gráficos 5 - Evolução do IQDS por indicador GRI 400 para o período de 2018 a 2022.



Fonte: Elaboração própria.

O segundo e último objetivo consiste na identificação dos fatores que contribuem para o IEDS e para o IQDS. Para tal, este estudo procura analisar a influência do envolvimento com os *stakeholders* (ES), do tipo de relatório utilizado (RSI), da pertença ou não dos auditores da entidade a uma das *Big Four* (BF), da dimensão da empresa (DIM), do número de mulheres na organização (N_FEM), da diversidade de género da força de trabalho (DIV_FEM) e da estrutura do conselho de administração (PERM_CA e PERIND_CA) no IEDS e IQDS.

Neste estudo realiza-se uma análise de regressão múltipla com dados em painel. A análise inicia-se com a aplicação do teste de *Hausman*, que compara os efeitos aleatórios com os efeitos fixos, aconselhando o tipo de modelo de painel a ser utilizado com base na significância obtida que é apresentada na Figura 8 (Gujarati & Down, 2011).

Figura 8 - Análise dos valores de significância – efeito fixo ou aleatório.



Fonte: Elaboração própria, adaptado de Gujarati e Down (2011).

Como o teste de *Hausman* apresentou um valor $p = 0,19$, a escolha recaiu sobre o efeito aleatório.

Callegari-Jaques (2003) recomenda que o teste de correlação seja interpretado de acordo com os parâmetros fornecidos na Tabela 12 (Callegari Jacques, 2003).

Tabela 12 - Interpretação da correlação.

Parâmetros	Interpretação
Se $0,00 < p < 0,30$	Correlação linear fraca
Se $0,30 < p < 0,60$	Correlação linear moderada
Se $0,60 < p < 0,90$	Correlação linear forte
Se $0,90 < p < 1,00$	Correlação linear muito forte

Fonte: Elaboração própria, adaptado do (Callegari Jacques, 2003).

Os valores de correlação entre as variáveis explicativas e as variáveis dependentes (IEDS e IQDS) são apresentados a seguir nas Tabelas 13 e 14. As correlações entre as variáveis são baixas, o que indica que não há multicolinearidade entre elas.

Tabela 13 -Matriz de correlação de variáveis explicativas – IEDS.

	1	2	3	4	5	6	7	8
1. ES	1,82E-04							
2. RSI	- 0,000103	0,001970						
3. BF	- 7,24E-06	0,000306	0,001817					
4. EMP	- 1,75E-09	- 2,10E-08	- 1,56E-08	1,00E-11				
5. PERM_CA	- 2,86E-05	- 0,000333	0,000375	8,88E-08	0,035247			
6. PERIND_CA	- 2,86E-05	-0,00015	-0,000631	7,38E-08	0,003853	0,014808		
7. FEM	- 5,56E-06	6,67E-13	-5,90E-03	- 1,25E-08	- 0,002916	- 0,000751	0,000421	
8.DIV_FEM	- 2,17E-07	-0,000133	6,58E-05	- 3,59E-08	0,000568	-0,000568	- 1,28E-05	0,004778

Legenda: ES - Envolvimento com os *Stakeholders*; RSI - Tipo de relatório disponibilizado; BG - empresa auditada por uma *Big Four*; EMP - Dimensão; PERM_CA- percentagem de mulheres no conselho de administração; PERIND_C - percentagem de membros independentes do conselho de administração; N_FEM - número de mulheres; DIV_FEM - diversidade de género da força de trabalho

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 14 - Matriz de correlação de variáveis explicativas – IQDS.

	1	2	3	4	5	6	7	8
1. ES	3,50E-05							
2. RSI	- 1,83E-05	0,000327						
3. BF	- 5,17E-07	4,90E-05	0,000292					
4. EMP	- 3,24E-10	- 3,97E-09	- 2,37E-09	1,64E-12				
5. PERM_CA	- 8,5E-06	- 6,91E-05	5,46E-05	1,48E-08	0,005791			
6. PERIND_CA	- 7,26E-06	- 1,78E-05	- 8,78E-05	1,24E-08	0,000628	0,002445		
7. FEM	- 3,36E-07	1,19E-05	- 1,01E-05	- 2,07E-09	- 0,000481	- 0,000123	6,85E-05	
8.DIV_FEM	- 3,48E-06	- 2,21E-05	1,49E-06	- 5,84E-09	0,000118	- 0,000103	- 1,66E-07	0,000772

Legenda: ES - Envolvimento com os *stakeholders*; RSI - Tipo de relatório disponibilizado; BG - empresa auditada por uma *Big Four*; EMP - Dimensão; PERM_CA- percentagem de mulheres no conselho de administração; PERIND_CA - percentagem de membros independentes do conselho de administração; N_FEM - número de mulheres; DIV_FEM - diversidade de género da força de trabalho

Fonte: Elaboração própria.

Neste estudo utiliza-se o método *Least Squares* (LS) como procedimento para estimar a regressão linear múltipla. O modelo de regressão múltipla com dados em painel é utilizado para examinar o efeito das variáveis explicativas nas variáveis dependentes (IEDS e IQDS).

Na Tabela 15 são exibidos os resultados de regressão para os dados em painel. No que diz respeito ao IEDS (equação 1), o modelo é estatisticamente significativo ($F= 6,696476$; $p<0,001$; $r^2=0,23$). R^2 sinaliza que uma parte significativa da variável dependente IEDS (23%) é influenciada pelas variáveis explicativas, ou seja, pelas variáveis RSI, DIM e PERM_CA. As restantes variáveis dependentes não mostram ter um impacto significativo no índice IEDS.

Relativamente ao IQDS (equação 2), os resultados obtidos são igualmente estatisticamente significativos ($F=5,868982$; $p<0,001$; $r^2=0,20$). R^2 refere-se à parcela da variável dependente IQDS que é explicada pelas variáveis explicativas. Conclui-se, portanto, que as variáveis que têm impacto na qualidade da divulgação social são ES e DIM (Tabela 16).

Tabela 15 - Resultados da regressão linear múltipla com dados em painel LS IEDS –
Equação 1.

IEDS - Equação 1					
Variável	Hipóteses	Coefficiente	Std. Error	<i>t-Statistic</i>	Prob.
C		0,49266	0,082892	5,9434	0,00000
ES	H1.1	0,021372	0,013507	1,582304	0,1148
RSI	H2.1	0,139475	0,044389	3,142095	0,0019*
BF	H3.1	0,139475	0,044389	-0,430514	0,6672
DIM	H4.1	0,000015	0,000003	4,677978	0,0000*
PERM_CA	H5.1	0,440286	0,187742	2,345168	0,0198*
PERIND_CA	H6.1	0,214433	0,121686	1,762182	0,0793
N_FEM	H7.1	0,0067	0,020522	0,326492	0,7443
DIV_FEM	H8.1	-0,054518	0,069126	-0,788677	0,4310
Especificação dos efeitos					
		S.D	<i>Rho</i>		
	<i>Cross-section randow</i>	0,247685	0,5248		
	<i>Idiosyncratic randow</i>	0,235667	0,4752		
Estatísticas ponderadas					
	<i>R- Squared</i>	0,226886	<i>Mean dependent var</i>	0,329215	
	<i>Adjusted R- squared (R2)</i>	0,193005	<i>S.D. dependent var</i>	0,266256	

S.E. of regression	0,236211	Sum squared resid	14,00467
F- statistic	6,696476	Durbin-Watson stat	1.257212
Prob (F-statistic)	0,000000		
Método: Painel EGLS (efeitos aleatórios de seção transversal)			
Amostra: 2018-2022			
Períodos incluídos: 5			
Seção transversais incluídas: 61			
Total de observações do painel (desequilibrado): 263			
*indicam uma significância até 5%			

Legenda: ES - Envolvimento com os *stakeholders*; RSI - Tipo de relatório disponibilizado; BG - empresa auditada por uma *Big Four*; DIM – Dimensão da empresa; PERM_CA - percentagem de mulheres no conselho de administração; PERIND_CA - percentagem de membros independentes do conselho de administração; N_FEM - número de mulheres; DIV_FEM - diversidade de género da força de trabalho; * p<0.05.

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 16 -Resultados da regressão linear múltipla com dados em painel LS IQDS – Equação 2.

IQDS - Equação 2					
Variável	Hipóteses	Coefficiente	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C		0,297148	0,036199	8,208818	0,0000
ES	H1.2	0,015675	0,005918	2,648527	0,0086*
RSI	H2.2	0,024635	0,018077	1,362823	0,1742
BF	H3.2	-0,001178	0,017118	-0,068794	0,9452
DIM	H4.2	0,000006	0,000001	4,498603	0,0000*
PERM_CA	H5.2	0,138249	0,0761	1,816669	0,0705
PERIND_CA	H6.2	0,03027	0,049452	0,612114	0,5410
N_FEM	H7.2	0,005445	0,008278	0,657753	0,5113
DIV_FEM	H8.2	-0,000879	0,027785	-0,031618	0,9748
Especificação dos efeitos					
		S.D		Rho	
Cross-section random		0,128958		0,6655	
Idiosyncratic random		0,09143		0,3345	
Estatísticas ponderadas					
R- Squared		0,204586	Mean dependent var		0,138057
Adjusted R- squared (R2)		0,169727	S.D. dependent var		0,102443

<i>S.E. of regression</i>	0,091989	<i>Sum squared resid</i>	2,12397
<i>F- statistic</i>	5,868982	<i>Durbin-Watson stat</i>	1,082691
<i>Prob (F-statistic)</i>	0,000000		

Método: Painel EGLS (efeitos aleatórios de seção transversal)
Amostra: 2018-2022
Períodos incluídos: 5
Seção transversais incluídas: 61
Total de observações do painel (desequilibrado): 263
*indicam uma significância até 5%

Legenda: ES - Envolvimento com os *stakeholders*; RSI - Tipo de relatório disponibilizado; BG - empresa auditada por uma *Big Four*; DIM – Dimensão da empresa; PERM_CA - percentagem de mulheres no conselho de administração; PERIND_CA - percentagem de membros independentes do conselho de administração; N_FEM - número de mulheres; DIV_FEM - diversidade de género da força de trabalho* $p < 0.05$.

Fonte: Elaboração própria.

Face aos testes realizados, foi possível suportar 5 das 16 hipóteses de investigação. As variáveis H2.1, H4.1, H5.1, H1.2 e H4.2 impactam positivamente no nível de divulgação social. Os resultados deste estudo não suportam as hipóteses H1.1, H3.1, H6.1, H7.1, H8.1, H2.2, H3.2, H5.2, H6.2 e H8.2.

No que diz respeito ao IEDS, a variável envolvimento com os *stakeholders* não influencia significativa a extensão da divulgação social, resultando na rejeição da hipótese H1.1. Deste modo, os resultados não estão de acordo com o estudo de Campillo e Igual (2021). Por outro lado, o tipo de documento utilizado para divulgar informação social (relatórios de sustentabilidade e integrados) tem impacto positivo na extensão da divulgação social, o que permite aceitar a hipótese H2.1. Estes resultados alinham-se com os estudos de Koh *et al.* (2023) e Pistoni *et al.* (2018). A variável *Big Four* também não se apresentou como um fator explicativo do IEDS, levando assim à rejeição da hipótese H3.1. Estes resultados não estão em concordância com os resultados obtidos por Sierra *et al.* (2013). A dimensão da empresa revelou-se uma variável significativa para justificar o nível de divulgação social, apoiando a hipótese H4.1. Os resultados obtidos estão de acordo com o estudo feito por Martínez *et al.* (2015). Quanto à percentagem de mulheres no conselho de administração, observou-se um efeito positivo e significativo no índice de divulgação social, o que suporta a hipótese H5.1.

Resultados estão de acordo com os estudos realizados por Laksmana (2008) e Bhagat e Black (2001). Relativamente à variável percentagem de independentes no conselho de administração, esta não se revelou determinante do IEDS, levando à rejeição da hipótese H6.1, o que não está de acordo com os estudos realizados por Laksmana (2008) e Bhagat e Black (2001). A variável referente ao número de colaboradores do género feminino não se mostrou explicativa da extensão da divulgação social, resultando na rejeição da hipótese H7.1. Assim, os resultados não estão de acordo com os obtidos por Torchia *et al.* (2013) e Erhardt *et al.* (2003). Finalmente, a diversidade de género da força de trabalho também não se revelou uma variável explicativa da extensão da divulgação social, resultando na rejeição da hipótese H8.1. Assim, os resultados não estão de acordo com os obtidos por Torchia *et al.* (2013) e Erhardt *et al.* (2003).

Relativamente ao IQDS, a variável envolvimento com os *stakeholders* demonstrou uma influência positiva e significativa na qualidade da divulgação social, resultando na aceitação da hipótese H1.2. Estes resultados estão alinhados com o estudo de Campillo e Igual (2021). Por outro lado, a variável tipos de relatórios (de sustentabilidade e integrados) não se revelou explicativa do IQDS, levando à rejeição da hipótese H2.2. Portanto, os resultados não estão de acordo com os estudos de Koh *et al.* (2023) e Pistoni *et al.* (2018). A variável *Big Four* também não se demonstrou explicativa do IQDS, o que resultou na rejeição da hipótese H3.2. Estes resultados estão em concordância com os resultados obtidos por Sierra-García *et al.* (2013). Além disso, os resultados indicam que a dimensão da empresa constitui uma variável que contribui positivamente para a qualidade da divulgação social, levando à aceitação da hipótese H4.2. Os resultados obtidos estão de acordo com o estudo feito por Martínez *et al.* (2015). Contrariamente, a percentagem de mulheres no conselho de administração não apresentou um efeito significativo na qualidade da divulgação social, levando à rejeição da hipótese H5.2, o que não está de acordo com os estudos realizados por Laksmana (2008) e Bhagat e Black (2001). Da mesma forma, a variável percentagem de membros independentes do conselho de administração não se revelou com efeito significativo no IQDS, resultando na rejeição da hipótese H6.2, o que não está de acordo com os estudos realizados por Laksmana (2008) e Bhagat e Black (2001). A variável referente ao número de colaboradores do género feminino não se mostrou uma variável explicativa da qualidade da divulgação social, resultando na rejeição da hipótese H7.2, o que não está alinhado com os resultados obtidos por Torchia *et al.* (2013) e Erhardt *et al.* (2003). Por fim, a diversidade de género da força do trabalho também não se mostrou uma variável explicativa do IQDS, levando à

rejeição da hipótese H8.2, o que não é compatível com os resultados obtidos por Torchia *et al.* (2013) e Erhardt *et al.* (2003).

Na Tabela 17 é apresentado, de forma resumida, o resultado do teste de hipóteses de investigação.

Tabela 17 - Resultado do teste de hipóteses.

Hipóteses	Resultado
H1.1: As empresas com um maior envolvimento com os <i>stakeholders</i> apresentam um melhor IEDS.	Não suportada
H1.2: As empresas com um maior envolvimento com os <i>stakeholders</i> apresentam um melhor IQDS.	Suportada
H2.1: O tipo de relatório utilizado tem influência positiva no IEDS.	Suportada
H2.2: O tipo de relatório utilizado tem influência positiva no IQDS.	Não suportada
H3.1: As empresas que recorrem às <i>Big Four</i> apresentam um melhor IEDS.	Não suportada
H3.2: As empresas que recorrem às <i>Big Four</i> apresentam um melhor IQDS.	Não suportada
H4.1: As empresas de maior dimensão apresentam um melhor IEDS.	Suportada
H4.2: As empresas de maior dimensão apresentam um melhor IQDS.	Suportada
H5.1: As empresas com maior percentagem de mulheres no Conselho de Administração apresentam um melhor IEDS.	Suportada
H5.2: As empresas com maior percentagem de mulheres no Conselho de Administração apresentam um melhor IQDS.	Não suportada
H6.1: As empresas com maior número de independentes do Conselho de Administração apresentam um melhor IEDS.	Não suportada
H6.2: As empresas com maior número de independentes do Conselho de Administração apresentam um melhor IQDS.	Não suportada
H7.1: As empresas com maior número de colaboradores do género feminino são as que apresentam um melhor IEDS.	Não suportada
H7.2: As empresas com maior número de colaboradores do género feminino são as que apresentam um melhor IQDS.	Não suportada
H8.1: As empresas com maior diversidade de género no conselho de administração apresentam um maior IEDS.	Não suportada
H8.2: As empresas com maior diversidade de género no conselho de administração apresentam um maior IQDS.	Não suportada

Fonte: Elaboração própria.

CAPÍTULO VI - CONCLUSÃO

As alterações climáticas e os problemas sociais atuais exigem que o setor empresarial e outras instituições implementem práticas de responsabilidade social e contribuam para desenvolvimento sustentável. Os *stakeholders*, por sua vez, estão cada vez mais preocupados com questões ambientais e sociais e pretendem que as empresas assumam compromissos nessas áreas e divulguem informação aos *stakeholders*.

Considerando a relevância da divulgação de informação não financeira, este estudo teve como objetivo analisar o nível de divulgação de informação social (em termos de extensão e qualidade) nas empresas portuguesas e seus determinantes.

Para este estudo, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo em conjunto com a técnica de regressão linear múltipla, com dados em painel. A amostra foi composta por 64 empresas, e no total foram analisados 279 relatórios.

Em relação ao primeiro objetivo, que visa analisar os IEDS e do IQDS, os resultados apontam para uma tendência de crescimento, de 2018 a 2022 para o IQDS e a partir de 2021 para o IEDS. Em ambos os índices os indicadores que obtiveram melhores resultados foram o 401– Emprego e o 405 - Diversidade e Igualdade de Oportunidades.

Este estudo também analisou os fatores que influenciam os índices de divulgação social, e, de forma inesperada, apenas 5 das hipóteses foram validadas. Dos testes realizados, 5 das 16 hipóteses de investigação foram suportadas. As H2.1, H4.1, H5.1, H1.2 e H4.2 demonstraram um impacto positivo e significativo no nível de divulgação social. Em concreto, os resultados indicam que o tipo de relatório, a dimensão da empresa e a diversidade de género do conselho de administração influenciam positivamente o IEDS e que o envolvimento da empresa com os *stakeholders* e a dimensão são determinantes para a qualidade do relato social.

Por conseguinte, este estudo oferece informações sobre o relato social nas empresas portuguesas, uma área que ainda é bastante limitada. Este estudo vem ajudar a combater essa lacuna ajudando os gestores das empresas a perceber o quanto importante é a divulgação de informação social e como esta pode ajudar na sua relação com os seus *stakeholders*.

A principal limitação deste estudo refere-se à avaliação da qualidade dos relatórios apresentados pelas empresas, uma vez que se utilizou uma escala de quatro pontos. A escala poderá não ser a mais apropriada para o efeito.

Para estudos futuros, sugere-se a aplicação de outros critérios para avaliar a qualidade da divulgação social. Sugere-se ainda uma análise às empresas da UE, sujeitas à aplicação da Diretiva 2022/2464/UE, com o objetivo de avaliar o impacto desta legislação no nível de divulgação do desempenho social (European Union, 2022).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adams, C., & Zutshi, A. (2004). Corporate social responsibility: Why business should act responsibly and be accountable. *Australian Accounting Review*, *14*(34), 31-39. <https://doi.org/10.1111/j.1835-2561.2004.tb00238.x>
- Aerts, W., & Cormier, D. (2009). Media legitimacy and corporate environmental communication. *Accounting, Organizations and Society*, *34*(1), 1-27. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2008.02.005>
- Aerts, W., Cormier, D., & Magnan, M. (2008). Corporate environmental disclosure, financial markets and the media: An international perspective. *Ecological Economics*, *64*(3), 643-659. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2007.04.012>
- Afolabi, H., Ram, R., & Rimmel, G. (2023). Influence and behaviour of the new standard setters in the sustainability reporting arena: Implications for the Global Reporting Initiative's current position. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, *14*(4), 743-775. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-01-2022-0052>
- Aguilera, R. V., & Cuervo, A. (2004). Codes of good governance worldwide: What is the trigger? *Organization Studies*, *25*(3), 415-443. <https://doi.org/10.1177/0170840604040669>
- Ahmad, Z., Hassan, S., & Mohammad, J. (2003). Determinants of environmental reporting in Malaysia. *International Journal of Business Studies*, *11*(1).
- Ajina, A. S., Roy, S., Nguyen, B., Japutra, A., & Al-Hajla, A. H. (2020). Enhancing brand value using corporate social responsibility initiatives: Evidence from financial services brands in Saudi Arabia. *Qualitative Market Research: An International Journal*, *23*(4), 575-602. <https://doi.org/10.1108/QMR-11-2017-0145>
- Alcaraz, F., Navarro, A., & Ortiz, D. (2017). Transparency over sustainability in regional governments: The case of Spain. *Convergencia*, *24*(73), 113-140. https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1405-14352017000100113&script=sci_arttext&tlng=en
- Ali, W., Frynas, J., & Mahmood, Z. (2017). Determinants of corporate social responsibility (CSR) disclosure in developed and developing countries: A literature review. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, *24*(4), 273-294. <https://doi.org/10.1002/csr.1410>
- Allegrini, M., & Greco, G. (2013). Corporate boards, audit committees and voluntary disclosure: Evidence from Italian listed companies. *Journal of Management & Governance*, *17*, 187-216. <https://doi.org/10.1007/s10997-011-9168-3>
- Almeida, F. (2002). *Sustainability: A good business*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

- Almeida, R., Abreu, R., & Pérez López, J. Á. (2015, June 11). Responsabilidade Social numa Empresa do Setor da Água. In XV Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria: A Contabilidade e o Interesse Público, ISCA Coimbra [Congresso]. <https://bdigital.ipg.pt/dspace/handle/10314/2322>
- Al-Tuwaijri, S. A., Christensen, T., & Hughes II, K. (2004). The relations among environmental disclosure, environmental performance, and economic performance: A simultaneous equations approach. *Accounting, Organizations and Society*, 29(5-6), 447-471. [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(03\)00032-1](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(03)00032-1)
- Amran, A., Lee, S., & Devi, S. (2014). The influence of governance structure and strategic corporate social responsibility toward sustainability reporting quality. *Business Strategy and the Environment*, 23(4), 217-235. <https://doi.org/10.1002/bse.1767>
- Aras, G., & Crowther, D. (2008). Governance and sustainability: An investigation into the relationship between corporate governance and corporate sustainability. *Management Decision*, 46(3), 433-448. <https://doi.org/10.1108/00251740810863870>
- Barros, C., Boubaker, S., & Hamrouni, A. (2013). Corporate governance and voluntary disclosure in France. *Journal of Applied Business Research*, 29(2), 561-578.
- Bear, S., Rahman, N., & Post, C. (2010). The impact of board diversity and gender composition on corporate social responsibility and firm reputation. *Journal of Business Ethics*, 97, 207-221. <https://doi.org/10.1007/s10551-010-0505-2>
- Bednárová, M., & Bonsón, E. (2015). CSR reporting practices of Eurozone companies: Prácticas en la presentación de informes sobre RSC de las empresas de la Eurozona. *Revista de Contabilidad-Spanish Accounting Review*, 18(2), 182-193. <https://doi.org/10.1016/j.rcsar.2014.06.002>
- Beretta, S., & Bozzolan, S. (2004). A framework for the analysis of firm risk communication. *The International Journal of Accounting*, 39(3), 265-288. <https://doi.org/10.1016/j.intacc.2004.06.006>
- Bhagat, S., & Black, B. (2001). The non-correlation between board independence and long-term firm performance. *J. Corp. L.*, 27, 231. <https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/jcorl27&div=18&id=&page=>
- Bosch, M., Montllor, J., & Tarrazon, M. (2015). Corporate social responsibility: A real options approach to the challenge of financial sustainability. *PloS one*, 10(5). <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0125972>

- Boulhaga, M., Bouri, A., Elamer, A., & Ibrahim, B. (2023). Environmental, social and governance ratings and firm performance: The moderating role of internal control quality. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 30(1), 134-145. <https://doi.org/10.1002/csr.2343>
- Braccini, A., & Margherita, E. (2018). Exploring organizational sustainability of industry 4.0 under the triple bottom line: The case of a manufacturing company. *Sustainability*, 11(1), 36. <https://doi.org/10.3390/su11010036>
- Brammer, S., & Millington, A. (2006). Firm size, organizational visibility and corporate philanthropy: An empirical analysis. *Business Ethics: A European Review*, 15(1), 6-18. https://www.researchgate.net/profile/Stephen-Brammer-3/publication/228019581_Firm_Size_Organizational_Visibility_and_Corporate_Philanthropy_An_Empirical_Analysis_Business_Ethics_A_European_Review_15_6-18/links/5e0bddd64585159aa4a8fc90/Firm-Size-Organizational-Visibility-and-Corporate-Philanthropy-An-Empirical-Analysis-Business-Ethics-A-European-Review-15-6-18.pdf?_sg%5B0%5D=started_experiment_milestone&origin=journalDetail&_rtd=e30%3D
- Brown, H., Jong, M., & Levy, D. (2009). Building institutions based on information disclosure: lessons from GRI's sustainability reporting. *Journal of Cleaner Production*, 17(6), 571-580 <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2008.12.009>
- Burhan, A., & Rahmanti, W. (2012). The impact of sustainability reporting on company performance. *Journal of Economics, Business, and Accountancy Ventura*, 15(2), 257-272. <https://doi.org/10.14414/jebav.v15i2.79>
- Bushman, R., & Smith, A. (2003). Transparency, financial accounting Information, and corporate governance. *Economic Policy Review*, 9, 65-87. <https://doi.org/10.2139/ssrn.253302>
- Bewley, K., & Li, Y. (2000). Disclosure of environmental information by Canadian manufacturing companies: A voluntary disclosure perspective. In K. Bewley & Y. Li(Eds.), *Advances in environmental accounting & management* (pp. 201-226). Emerald Group Publishing Limited. [https://doi.org/10.1016/S1479-3598\(00\)01011-6](https://doi.org/10.1016/S1479-3598(00)01011-6)
- Caetano, D. C., & Eugénio, T. C. P. (2015). Relato de sustentabilidade de empresas da construção civil em Portugal e Espanha. *Revista Ambiente Contábil - Universidade*

- Federal do Rio Grande do Norte - ISSN 2176-9036*, 7(1), 273-290.
<https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/5711>
- Calabrese, A., Costa, R., & Rosati, F. (2015, December). A feedback-based model for CSR assessment and materiality analysis. In *Accounting Forum* 39(4), 312-327).
<https://doi.org/10.1016/j.accfor.2015.06.002>
- Callegari Jacques, S. M. (2003). *Biostatistics: Principles and applications*. Porto Alegre: Artmed.
- Campanella, F., Serino, L., Crisci, A., & D'Ambra, A. (2021). The role of corporate governance in environmental policy disclosure and sustainable development. Generalized estimating equations in longitudinal count data analysis. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 28(1), 474-484.
<https://doi.org/10.1002/csr.2062>
- Campillo, C., & Igual, D. (2021). Corporate social responsibility strategies in Spanish electric cooperatives. Analysis of Stakeholder Engagement. *Sustainability*, 13(12), 6810. <https://doi.org/10.3390/su13126810>
- Chen, L., Tang, O., & Feldmann, A. (2015). Applying GRI reports for the investigation of environmental management practices and company performance in Sweden, China and India. *Journal of Cleaner Production*, 98, 36-46.
<https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.02.001>
- Cho, C., Guidry, R., Hageman, A., & Patten, D. (2012). Do actions speak louder than words? An empirical investigation of corporate environmental reputation. *Accounting, Organizations and Society*, 37(1), 14-25. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2011.12.001>
- Cho, C., & Patten, D. (2007). The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: A research note. *Accounting, Organizations and Society*, 32(7-8), 639-647.
<https://doi.org/10.1016/j.aos.2006.09.009>
- Cho, S., Lee, C., & Pfeiffer Jr. (2013). Corporate social responsibility performance and information asymmetry. *Journal of Accounting and Public Policy*, 32(1), 71-83.
<https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2012.10.005>
- Clarkson, P., Li, Y., Richardson, G., & Vasvari, F. (2008). Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: An empirical analysis. *Accounting, Organizations and Society*, 33(4-5), 303-327.
<https://doi.org/10.1016/j.aos.2007.05.003>

- Claro, P. B. O., Claro, D. P., & Amâncio, R. (2008). Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. *Revista de Administração - RAUSP*, 43(4), 289-300. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=223417504001>
- Commission of the European Communities. (2001). Green Paper Promoting a European framework for Corporate Social Responsibility. Brussels. COM (2001). <https://eur-lex.europa.eu/EN/legal-content/summary/green-paper-on-corporate-social-responsibility.html> acessado a 20 de setembro de 2024.
- Cormier, D., Ledoux, M., & Magnan, M. (2009). The use of Web sites as a disclosure platform for corporate performance. *International Journal of Accounting Information Systems*, 10(1), 1-24. <https://doi.org/10.1016/j.acinf.2008.04.002>
- Costello, K.(2021). What is the social responsibility of companies?. *The Electricity Journal*, 34(8), 107008. <https://doi.org/10.1016/j.tej.2021.107008>
- Coulmont, M., Loomis, S., Berthelot, S., & Gangi, F. (2015). Determinants and impacts of sustainability disclosure. In M. Coulmont, S. Lommis, S. Berthetol & F. Gangi (Eds.) *Sustainability Disclosure: State of the Art and New Directions* (pp. 25-79). Emerald Group Publishing Limited. <https://doi.org/10.1108/S1479-351220150000030002>
- CSR Europe (2020). *Member State Implementation of Directive 2014/95/EU: A comprehensive overview of how Member States are implementing the EU Directive on Non-financial and Diversity Information*. Retrieved from <https://www.accountancyeurope.eu/wp-content/uploads/1711-NFRpublication-GRI-CSR-Europe.pdf> acessado a 20 de agosto de 2024.
- Day, G. (1976). Assessing the effects of information disclosure requirements: Experience with past information disclosures is a useful guide for those trying to understand and respond to new requirements. *Journal of Marketing*, 40(2), 42-52. <https://doi.org/10.1177/002224297604000208>
- Deegan, C., & Blomquist, C. (2006). Stakeholder influence on corporate reporting: An exploration of the interaction between WWF-Australia and the Australian minerals industry. *Accounting, Organizations and Society*, 31(4-5), 343-372. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2005.04.001>
- Dempere, J., & Abdalla, S. (2023). The Impact of Women's Empowerment on the Corporate Environmental, Social, and Governance (ESG) Disclosure. *Sustainability*, 15(10), 8173. <https://doi.org/10.3390/su15108173>

- Diouf, D., & Boiral, O. (2017). The quality of sustainability reports and impression management: A stakeholder perspective. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 30(3), 643-667. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2015-2044>
- Domench, P. A., & Dallo, F. L. (2001). Some determinants of environmental information disclosure in spanish quoted companies. *Revista de Contabilidad-Spanish Accounting Review*, 4(7), 129-153.
- EFRAG (s.d.). *European Financial Reporting Advisory Group*. <https://www.efrag.org/en/about-us> acedido a 20 de agosto de 2024.
- Eggert, A., & Helm, S. (2003). Exploring the impact of relationship transparency on business relationships: A cross-sectional study among purchasing managers in Germany. *Industrial Marketing Management*, 32(2), 101-108. [https://doi.org/10.1016/S0019-8501\(02\)00224-9](https://doi.org/10.1016/S0019-8501(02)00224-9)
- Eisenhardt, K. (1988). Agency-and institutional-theory explanations: The case of retail sales compensation. *Academy of Management Journal*, 31(3), 488-511. <https://doi.org/10.5465/256457>
- Eliwa, Y., Aboud, A., & Saleh, A. (2023). Board gender diversity and ESG decoupling: Does religiosity matter? *Business Strategy and the Environment*, 32(7), 4046-4067. <https://doi.org/10.1002/bse.3353>
- Elkington, J. (1998). *Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business*. Gabriola Island, British Columbia, Canada. New Society Publishers. <https://books.google.pt/books?id=dIJAbIM7XNcC>
- Elkington, J. (2006). Governance for sustainability. *Corporate Governance: An International Review*, 14(6), 522-529. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8683.2006.00527.x>
- Elson, C. M. (1996). Director Compensation and the Management-Captured Board-The History of a Symptom and a Cure. *SMUL Rev.*, 50, 127.
- Erhardt, N., Werbel, J., & Shrader, C. (2003). Board of director diversity and firm financial performance. *Corporate Governance: An International Review*, 11(2), 102-111. <https://doi.org/10.1111/1467-8683.00011>
- European Union (2014). Directive 2014/95/EU of the European Parliament and of the Council of 22 October 2014 amending Directive 2013/34/EU as regards disclosure of non-financial and diversity information by certain large undertakings and groups. *Official Journal of the European Union*, 2014, L 330, 1–9. <https://eur->

[lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=CELEX:32014L0095](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=CELEX:32014L0095) acessado a 20 de agosto de 2024.

European Union (2022). Directive 2022/2464/EU of the European Parliament and of the Council of 14 December 2022 amending Regulation (EU) No 537/2014, Directive 2004/109/EC, Directive 2006/43/EC and Directive 2013/34/EU, as regards corporate sustainability Reporting. *Official Journal of the European Union*, 2022, L 322, 15–80. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=CELEX:32022L2464> acessado a 18 de agosto de 2024.

Evangelinos, K., Fotiadis, S., Skouloudis, A., Khan, N., Konstandakopoulou, F., Nikolaou, I., & Lundy, S. (2018). Occupational health and safety disclosures in sustainability reports: An overview of trends among corporate leaders. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 25(5), 961-970. <https://doi.org/10.1002/csr.1512>

Faria, M. (2018). O relato da informação financeira de responsabilidade social como contributo para a performance das empresas portuguesas. *Gestão & Produção*, 25, 866-887. <https://doi.org/10.1590/0104-530X3342-18>

Faria, M. (2012). *Perspectivas de análise da informação financeira no relato de determinados elementos intangíveis* [Doctoral Dissertation, University of Santiago de Compostela, Spain]. USC Institutional Repository <https://www.educacion.gob.es/teseo/imprimirFichaConsulta.do?idFicha=328126>

Faria, M. J. S. (2015). *Responsabilidade social empresarial: relato e análise económica e financeira*. Porto: Vida Económica Editorial.

Ferrero, I., Fernández, M., & Muñoz, M. (2015). Integrating sustainability into corporate governance: An empirical study on board diversity. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 22(4), 193-207. <https://doi.org/10.1002/csr.1333>

Finanças (2017). *Decreto-Lei n.º 89/2017. Diário da República, 1.ª série, N.º 145, 28 de julho de 2017 (Portugal)*. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/89-2017-107773645>

Freeman, R. E. (2010). *Strategic Management: A Stakeholder Approach*. Cambridge, Cambridge University Press. <https://doi.org/DOI:10.1017/CBO9781139192675>

Garcia, D. (2016). Dimensão econômica da sustentabilidade: Uma análise com base na economia verde e a teoria do decrescimento. *Veredas do Direito—Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*, 13(25), 133-153. <https://doi.org/10.18623/rvd.v13i25.487>

- García, I., & Martínez J. (2018). How do independent directors behave with respect to sustainability disclosure?. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 25(4), 609-627. <https://doi.org/10.1002/csr.1481>
- García, M., & Larrinaga, C. (2003). Environmental disclosure in Spain: Corporate characteristics and media exposure. *Spanish Journal of Finance and Accounting*, 32(115), 184-214. <https://doi.org/10.1080/02102412.2003.10779479>
- Giannarakis, G., Konteos, G., & Sariannidis, N. (2014). Financial, governance and environmental determinants of corporate social responsible disclosure. *Management Decision*, 52(10), 1928-1951. <https://doi.org/10.1108/MD-05-2014-0296>
- Gonçalves, S., Santos, J., Silva, I., Veloso, A., Brandão, C., & Moura, R. (2021). COVID-19 and people management: The view of human resource managers. *Administrative Sciences*, 11(3), 69.
- Gras, E., Manzano, M., & Fernández, J. (2016). Investigating the relationship between corporate social responsibility and earnings management: Evidence from Spain. *BRQ Business Research Quarterly*, 19(4), 289-299. <https://doi.org/10.1016/j.brq.2016.02.002>
- Green Jr., Zelbst, P., Meacham, J., & Bhadauria, V. (2012). Green supply chain management practices: Impact on performance. *Supply Chain Management: an International Journal*, 17(3), 290-305. <https://doi.org/10.1108/13598541211227126>
- Greening, D., & Turban, D. (2000). Corporate social performance as a competitive advantage in attracting a quality workforce. *Business & Society*, 39(3), 254-280. <https://doi.org/10.1177/000765030003900302>
- Global Reporting Initiative (GRI) (2011) - Sustainability Reporting Guidelines. <https://www.interlycees.lu/site/wp-content/uploads/2010/01/GRI-G31-Guidelines-2011.pdf>
- Guse, J., Rossato, M., Dörr, A., & Silva, A. (2013). Sustentabilidade empresarial de grandes empresas brasileiras: Uma análise da dimensão ambiental. *Desafio Online*, 1(3), 42-65. <https://publicationethics.org/>
- Halrynjo, S., & Teigen, M. (2024). Gender quotas for corporate boards: Do they lead to more women in senior executive management?. *Gender in Management: An International Journal*, 39(6). <https://doi.org/10.1108/GM-03-2023-0096>
- Henriques, R., Gaio, C., & Costa, M. (2022). Sustainability reporting quality and stakeholder engagement assessment: The case of the paper sector at the iberian level. *Sustainability* 2022, 14, 14404.

- Huang, J., & Lu, S. (2022). ESG performance and voluntary ESG disclosure: Mind the (gender pay) gap. Available at SSRN 3708257. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3708257>
- Hu, H., Xiong, S., Wang, Z., Wang, Z., & Zhou, X. (2023). Green financial regulation and shale gas resources management. *Resources Policy*, 85, 103926. <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2023.103926>
- IFRS. (2021). *IFRS Advisory Council Update International Sustainability Standards Board*. <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/meetings/2021/november/advisory-council/ap4-update-on-international-sustainability-standards-board.pdf> acessado a 20 de agosto de 2024.
- Ioannou, I., & Serafeim, G. (2017). The consequences of mandatory corporate sustainability reporting. *Harvard Business School Research Working paper*, (11-100). <https://ssrn.com/abstract=1799589>
- Iudícibus, S. (2010). *Teoria da Contabilidade* (10th ed.). São Paulo: Editora Atlas S.A
- Jensen, M. (1983). Organization theory and methodology. *Accounting Review*, 319-339.
- Jensen, M. C. (2010). Value maximization, stakeholder theory, and the corporate objective function. *Journal of Applied Corporate Finance*, 22(1), 32-42. <https://doi.org/10.1111/j.1745-6622.2010.00259.x>
- Jensen, M. , & Meckling, W. (1919). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. In M. Jensen & W. Meckling (Eds.), *Corporate Governance* (pp. 77-132). Gower.
- Johnson, J., Daily, C., & Ellstrand, A. (1996). Boards of directors: A review and research agenda. *Journal of Management*, 22(3), 409-438. <https://doi.org/10.1177/014920639602200303>
- Kamarudin, K., Ariff, A., & Wan Ismail, W. (2022). Product market competition, board gender diversity and corporate sustainability performance: International evidence. *Journal of Financial Reporting and Accounting*, 20(2), 233-260. <https://doi.org/10.1108/JFRA-01-2021-0020>
- Koh, K., Li, H., & Tong, Y.(2023). Corporate social responsibility (CSR) performance and stakeholder engagement: Evidence from the quantity and quality of CSR disclosures. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 30(2), 504-517. <https://doi.org/10.1002/csr.2370>

- Kramer, M., & Porter, M. (2006). Strategy and society: The link between competitive advantage and corporate social responsibility. *Harvard Business Review*, 84(12), 78-92.
- Labelle, R., Francoeur, C., & Lakhali, F. (2015). To regulate or not to regulate? Early evidence on the means used around the world to promote gender diversity in the boardroom. *Gender, Work & Organization*, 22(4), 339-363. <https://doi.org/10.1111/gwao.12091>
- Laksmana, I. (2008). Corporate board governance and voluntary disclosure of executive compensation practices. *Contemporary Accounting Research*, 25(4), 1147-1182. <https://doi.org/10.1506/car.25.4.8>
- Lee, J., Kim, S., & Kim, E. (2022). Environmental responsibility, social responsibility, and governance from the perspective of auditors. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(19), 12181. <https://doi.org/10.3390/ijerph191912181>
- Leuz, C., & Wysocki, P. (2008). Economic consequences of financial reporting and disclosure regulation: A review and suggestions for future research. *SSRN 1105398*. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1105398>
- Levy, D., Szejnwald Brown, H., & Jong, M. (2010). The contested politics of corporate governance: The case of the global reporting initiative. *Business & Society*, 49(1), 88-115. <https://doi.org/10.1177/0007650309345420>
- Li, Y., Richardson, G., & Thornton, D. (1997). Corporate disclosure of environmental liability information: Theory and evidence. *Contemporary Accounting Research*, 14(3), 435-474. <https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.1997.tb00535.x>
- Liu, P., Zhu, B., Yang, M., & Chu, X. (2022). ESG and financial performance: A qualitative comparative analysis in China's new energy companies. *Journal of Cleaner Production*, 379, 134721. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2022.134721>
- Lubis, H., Pratama, K., Pratama, I., & Pratami, A. (2019). A systematic review of corporate social responsibility disclosure. *International Journal of Innovation, Creativity and Change* 6 (9), 415, 428.
- Marimon, F., Almeida, M., Rodríguez, M., & Alejandro, K. (2012). The worldwide diffusion of the global reporting initiative: What is the point?. *Journal of Cleaner Production*, 33, 132-144. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2012.04.017>

- Martínez, J., Garcia, I. , & Cuadrado B. (2015). Effect of financial reporting quality on sustainability information disclosure. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 22(1), 45-64. <https://doi.org/10.1002/csr.1330>
- Massari, G., & Giannoccaro, I. (2023). Adopting GRI standards for the circular economy strategies disclosure: The case of Italy. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 14 (4), 660-694. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-07-2021-0284>
- Mata, C., Fialho, A., & Eugénio, T. (2018). A decade of environmental accounting reporting: What we know?. *Journal of Cleaner Production*, 198, 1198-1209. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.07.087>
- Mervelskemper, L., & Streit, D. (2017). Enhancing market valuation of ESG performance: Is integrated reporting keeping its promise?. *Business Strategy and the Environment*, 26(4), 536-549. <https://doi.org/10.1002/bse.1935>
- Michelon, G. (2011). Sustainability disclosure and reputation: A comparative study. *Corporate Reputation Review*, 14, 79-96. <https://doi.org/10.1057/crr.2011.10>
- Michelon, G., Pilonato, S., & Ricceri, F. (2015). CSR reporting practices and the quality of disclosure: An empirical analysis. *Critical Perspectives on Accounting*, 33, 59-78. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.10.003>
- Milne, M., & Patten, D. (2002). Securing organizational legitimacy: An experimental decision case examining the impact of environmental disclosures. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(3), 372-405. <https://doi.org/10.1108/09513570210435889>
- Miloud, T. (2024). Corporate governance and CSR disclosure: Evidence from French listed companies. *Global Finance Journal*, 59, 100943. <https://doi.org/10.1016/j.gfj.2024.100943>
- Mion, G., & Loza, C. (2019). Mandatory nonfinancial disclosure and its consequences on the sustainability reporting quality of Italian and German companies. *Sustainability*, 11(17), 4612. <https://doi.org/10.3390/su11174612>
- Moneva, J., & Llana, F. (2000). Environmental disclosures in the annual reports of large companies in Spain. *European Accounting Review*, 9(1), 7-29. <https://doi.org/10.1080/096381800407923>
- Moneva, J., Rivera, J., & Muñoz, M. (2007). The corporate stakeholder commitment and social and financial performanc. *Industrial Management & Data Systems*, 107(1), 84-102. <https://doi.org/10.1108/02635570710719070>

- Monteiro, A. P., García-Sánchez, I. M., & Aibar-Guzmán, B. (2022). Labour practice, decent work and human rights performance and reporting: The impact of women managers. *Journal of Business ethics*, 180(2), 523-542.
- Monteiro, A.P., Pereira, C. and Barbosa, F.M. (2023), "Environmental disclosure on mandatory and voluntary reporting of Portuguese listed firms: the role of environmental certification, lucratively and corporate governance", *Meditari Accountancy Research*, Vol. 31 No. 3, pp. 524-553. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-09-2020-1001>
- Monteiro, S., & Aibar, B. (2010). Determinants of environmental disclosure in the annual reports of large companies operating in Portugal. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 17(4), 185-204. <https://doi.org/10.1002/csr.197>
- Monteiro, A. P., Cláudia Silva, Amélia. (2021). *Corporate Social Responsailty Reporting*. (P. Editora, Ed.).
- Moravcikova, K., Stefanikova, L., & Rypakova, M. (2015). CSR reporting as an important tool of CSR communication. *Procedia Economics and Finance*, 26, 332-338. [https://doi.org/10.1016/S2212-5671\(15\)00861-8](https://doi.org/10.1016/S2212-5671(15)00861-8)
- Moss, A., Naughton, J, & Wang, C. (2024). The irrelevance of environmental, social, and governance disclosure to retail investors. *Management Science*, 70(4), 2626-2644. <https://doi.org/10.1287/mnsc.2023.4822>
- Mousa, G., & Hassan, N. (2015). Legitimacy theory and environmental practices: Short notes. *International Journal of Business and Statistical Analysis*, 2(01). <http://dx.doi.org/10.12785/IJBSA/020104>
- Nascimento, A. (2008). Divulgação da informação contábil, governança corporativa e controle organizacional: Uma relação necessária. *Revista Universo Contábil*, 4(3), 25-47.
- Navarro, A., Ruiz, M., Tirado, P., & de Ríos, A. (2017). Promoting sustainability transparency in European local governments: An empirical analysis based on administrative cultures. *Sustainability*, 9(3), 432. <https://doi.org/10.3390/su9030432>
- Neu, D., Warsame, H., & Pedwell, K. (1998). Managing public impressions: Environmental disclosures in annual reports. *Accounting, Organizations and Society*, 23(3), 265-282. [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(97\)00008-1](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(97)00008-1)
- Nikolaeva, R., & Bicho, M. (2011). The role of institutional and reputational factors in the voluntary adoption of corporate social responsibility reporting standards. *Journal of*

- the Academy of Marketing Science*, 39, 136-157. <https://doi.org/10.1007/s11747-010-0214-5>
- Nishitani, K., Unerman, J., & Kokubu, K. (2021). Motivations for voluntary corporate adoption of integrated reporting: A novel context for comparing voluntary disclosure and legitimacy theory. *Journal of Cleaner Production*, 322, 129027. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2021.129027>
- Noda, A. (2024). Quality choices in corporate social responsibility reporting under heterogeneous investor preferences. *Journal of Accounting and Public Policy*, 47, 107228. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2024.107228>
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2022). *BCSD Portugal*. <https://ods.pt/> acessado a 20 de agosto de 2024.
- Ofoegbu, G., Odoemela, N., & Okafor, R. (2018). Corporate board characteristics and environmental disclosure quantity: Evidence from South Africa (integrated reporting) and Nigeria (traditional reporting). *Cogent Business & Management*, 5(1), 1551510. <https://doi.org/10.1080/23311975.2018.1551510>
- Oliveira Claro, P., & Claro, D. (2014). Sustentabilidade estratégica: Existe retorno no longo prazo? *Revista de Administração*, 49(2), 291-306. <https://doi.org/10.5700/rausp1147>
- Oliveira, M., Ferreira, M., & Lima, V. (2015). Responsabilidade social corporativa: Conceito, instrumentos de gestão e normas. *Revista Brasileira de Administração Científica*, 6(2), 161-172. <https://doi.org/10.6008/SPC2179-684X.2015.002.0011>
- Orlitzky, M., & Benjamin, J. (2001). Corporate social performance and firm risk: A meta-analytic review. *Business & Society*, 40(4), 369-396. <https://doi.org/10.1177/000765030104000402>
- Orlitzky, M., Schmidt, F., & Rynes, S. (2003). Corporate social and financial performance: A meta-analysis. *Organization Studies*, 24(3), 403-441. <https://doi.org/10.1177/0170840603024003910>
- Ortiz, N., Aguilera, J., & Morales, M. (2016). Corporate governance and environmental sustainability: The moderating role of the national institutional context. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 23(3), 150-164. <https://doi.org/10.1002/csr.1367>
- Papoutsis, A., & Sodhi, M. (2020). Does disclosure in sustainability reports indicate actual sustainability performance?. *Journal of Cleaner Production*, 260, 121049. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.121049>

- Patten, D. (2002). The relation between environmental performance and environmental disclosure: A research note. *Accounting, Organizations and Society*, 27(8), 763-773. [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(02\)00028-4](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(02)00028-4)
- Phillips, R. (2003). Stakeholder legitimacy. *Business Ethics Quarterly*, 13(1), 25-41.
- Pistoni, A., Songini, L., & Bavagnoli, F. (2018). Integrated reporting quality: An empirical analysis. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 25(4), 489-507. <https://doi.org/10.1002/csr.1474>
- Pucheta, M., Bel, I., & Olcina, G. (2016). Corporate governance, female directors and quality of financial information. *Business Ethics: A European Review*, 25(4), 363-385. <https://doi.org/10.1111/beer.12123>
- Regona, M., Yigitcanlar, T., Hon, C., & Teo, M. (2024). Artificial intelligence and sustainable development goals: Systematic literature review of the construction industry. *Sustainable Cities and Society*, 105499. <https://doi.org/10.1016/j.scs.2024.105499>
- Rocha, I., Pereira, A., Bezerra, F., & Nascimento, S. (2012). Análise da produção científica sobre teoria da agência e assimetria da informação. *REGE-Revista de Gestão*, 19(2), 329-341. <https://doi.org/10.5700/rege466>
- Romero, S., Ruiz, S., & Fernandez, B. (2019). Sustainability reporting and stakeholder engagement in Spain: Different instruments, different quality. *Business Strategy and the Environment*, 28(1), 221-232. <https://doi.org/10.1002/bse.2251>
- Sari, N. Z. M., Afifah, N. N., Susanto, A., & Sueb, M. (2019, August). *Quality accounting information systems with 3 important factors in BUMN Bandung Indonesia*. In Proceedings of the First International Conference on Administration Science (ICAS 2019) (pp. 93-96). Atlantis Press.
- Seibert, R., & Macagnan, C. (2019). Social responsibility information in the stakeholders' perspective - Case study in a brazilian philanthropic higher education organization. *Journal of Information Systems and Technology Management*, 16. <https://doi.org/10.4301/S1807-1775201916011>
- Sierra, L., Zorio A., & García, M. (2015). Stakeholder engagement, corporate social responsibility and integrated reporting: An exploratory study. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 22(5), 286-304. <https://doi.org/10.1002/csr.1345>
- Silva, D. F. B. (2022). *Extensão e qualidade da divulgação de informação ambiental nas empresas portuguesas e brasileiras: Evolução e fatores determinantes* [Master's

- Dissetation, ISCAP - Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto].
Repositório Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.
<http://hdl.handle.net/10400.22/21295>
- Šontaitė, M. (2015). CSR reasons, practices and impact to corporate reputation. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 213, 503-508.
<https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.11.441>
- Spence, A. (1973). Job market signaling. *The Quarterly Journal of Economics*, 87(3), 355-374.
- Steurer, R., Martinuzzi, A., & Margula, S. (2012). Public policies on CSR in Europe: Themes, instruments, and regional differences. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 19(4), 206-227. <https://doi.org/10.1002/csr.264>
- Tarquinio, L., & Posadas, S. (2020). Exploring the term “non-financial information”: An academics’ view. *Meditari Accountancy Research*, 28(5), 727-749.
<https://doi.org/10.1108/MEDAR-11-2019-0602>
- Tilling, M. (2004). Refinements to Legitimacy Theory in Social and Environmental Accounting.
- Timbate, L., & Park, C. (2018). CSR performance, financial reporting, and investors’ perception on financial reporting. *Sustainability*, 10(2), 522.
<https://doi.org/10.3390/su10020522>
- Torchia, M., Calabrò, A., & Huse, M. (2011). Women directors on corporate boards: From tokenism to critical mass. *Journal of Business Ethics*, 102, 299-317.
<https://doi.org/10.1007/s10551-011-0815-z>
- Torelli, R., Balluchi, F., & Furlotti, K. (2020). The materiality assessment and stakeholder engagement: A content analysis of sustainability reports. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27(2), 470-484.
<https://doi.org/10.1002/csr.1813>
- Tschopp, D., & Nastanski, M. (2014). The harmonization and convergence of corporate social responsibility reporting standards. *Journal of Business Ethics*, 125, 147-162.
<https://doi.org/10.1007/s10551-013-1906-9>
- Udayasankar, K. (2008). Corporate social responsibility and firm size. *Journal of Business Ethics*, 83(2), 167-175. <https://doi.org/10.1007/s10551-007-9609-8>
- Ullmann, A. (1985). Data in search of a theory: A critical examination of the relationships among social performance, social disclosure, and economic performance of US

- firms. *Academy of Management Review*, 10(3), 540-557.
<https://doi.org/10.5465/amr.1985.4278989>
- Van J., Adhikari, A., & Tondkar, R. (2005). Exploring differences in social disclosures internationally: A stakeholder perspective. *Journal of Accounting and Public Policy*, 24(2), 123-151. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2004.12.007>
- Van K., Johansen, V., Thorup, N., & Aspen, D. (2024). Standardization cycles in sustainability reporting within the Global Reporting Initiative. *European Management Journal*. <https://doi.org/10.1016/j.emj.2024.04.001>
- Van N., & Ingley, C. (2003). Board dynamics and the influence of professional background, gender and ethnic diversity of directors. *Corporate Governance: An International Review*, 11(3), 218-234 <https://doi.org/10.1111/1467-8683.00320>
- Verrecchia, R. (2001). Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 32(1-3), 97-180. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00025-8](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00025-8)
- Wang, X., & Ye, K. (2018). Mandatory corporate social responsibility (CSR) reporting and financial reporting quality: Evidence from a quasi-natural experiment. *Journal of Business Ethics*, 152, 253-274. <https://doi.org/10.1007/s10551-016-3296-2>
- Wang, Z., Hsieh, T., & Sarkis, J. (2018). CSR performance and the readability of CSR reports: Too good to be true? *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 25(1), 66-79. <https://doi.org/10.1002/csr.1440>
- WCED (1987). World commission on environment and development. *Our Common Future*, 17, 1-91.
- Williams, B. (2015). Reporting on sustainability by Australian councils—a communication perspective. *Asian Review of Accounting*, 23(2), 186-203.
<https://doi.org/10.1108/ARA-12-2013-0079>
- Wiseman, J. (1982). An evaluation of environmental disclosures made in corporate annual reports. *Accounting, Organizations and Society*, 7(1), 53-63.
[https://doi.org/10.1016/0361-3682\(82\)90025-3](https://doi.org/10.1016/0361-3682(82)90025-3)
- Woodcraft, S. (2012). Social sustainability and new communities: Moving from concept to practice in the UK. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 68, 29-42.
<https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2012.12.204>
- Zahid, R., Khan, M., Anwar, W., & Maqsood, U. (2022). The role of audit quality in the ESG-corporate financial performance nexus: Empirical evidence from western european companies. *Borsa Istanbul Review*, 22, S200-S212.
<https://doi.org/10.1016/j.bir.2022.08.011>

Zhang, J., Guo, H., Li, B., & Wang, W. (2008). The influence of financial factors on environmental information disclosure in China chemical industry. *SSRN 1305005*.
<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1305005>

Zunker, V. (2002). *Career Counseling: Applied Concepts of Life Planning*. (6th ed.). Pacific Grove, CA: Brooks. https://books.google.pt/books?id=S80rZho_92oC

Apêndice I – Indicadores GRI 400

GRI 401- Emprego	401 -1 Novas contratações e rotatividade de empregados.
	401- 2 Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial.
	401- 3 Licença maternidade/paternidade.
GRI 402- Relações entre empregadores e trabalhadores	402 -1 Prazos mínimo de aviso sobre mudanças operacionais.
	403 -1 Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho.
GRI 403- Saúde e Segurança ocupacional	403 - 2 identificação de periculosidade avaliação de riscos e investigação de incidentes.
	403 - 3 Serviços de saúde do trabalho.
	403-4 Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança no trabalho.
	403-5 Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho.
	403-6 promoção da saúde do trabalhador.
	403-7 Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios.
	403-8 Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho.
	403-9 Acidentes de trabalho.
	403-10- Doenças profissionais.
	GRI 404- Treino e educação
404-2 Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira.	
404-3 Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira.	

GRI 405- Diversidade e igualdade de oportunidade	405-1 Diversidade em órgãos de governança e empregados.
	405-2 Proporção entre o salário-base e a remuneração pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens.
GRI 406- Não discriminação	406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas.
GRI 407- Liberdade de associação e negociação coletiva	407-1 Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco.
GRI 408- trabalho infantil	408-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil.
GRI 409- trabalho forçado ou obrigatório	409-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo.
GRI 410- Práticas de segurança	410-1 Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos.
GRI 411- Direitos dos povos indígenas	411-1 Casos de violação de direitos de povos indígenas.
GRI 413- Comunidades Locais	413-1 Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local.
	413-2 Operações com impactos negativos significativos reais ou potências nas comunidades locais.
GRI 416- Saúde e segurança do cliente	414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais.
	414-2 Impactos sociais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas.
GRI 415- políticas públicas	415-1 Contribuições políticas.
GRI 416- Saúde e segurança do cliente	416-1 Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços.
	417-1 Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços.
GRI 417- Marketing e rotulagem	417-2 Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços.
	417-3 Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing.

GRI 418- Privacidade do cliente

418-1 Queixas comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados de clientes.

Fonte: Elaboração própria, com base na GRI (2011).

Apêndice II - Listagem das empresas portuguesas e respetivo setor de atividade

Empresas	Setor de Atividade
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	Utilitários de Água
Águas de Portugal	Utilitários de Água
Altice Portugal	Telecomunicações
Altri	Produtos Florestais e de Papel
Ana Aeroportos	Aviação
APDL	Outros
APS	Agência Pública
Atlântico Europa Bank	Serviços Financeiros
Auchan	Retail
Bondalti	Produtos Químicos
Brisa	Ferrovias
Caixa Geral de Depósitos	Serviços Financeiros
Carris	Ferrovias
Celbi	Produtos Florestais e de Papel
Corticeira Amorim	Produtos Florestais e de Papel
Crédito Agrícola	Serviços Financeiros
CTT	Logística
Delpi Automotive	Automóveis
EDP	Energia
EPAL	Utilitários de Água
Esposende Ambiente	Utilitários de Água
Eurest	Indústria Alimentar
Fidelidade	Seguradora
Galp	Energia
Gestamp Aveiro	Automóvel
Grupo Ageas Portugal	Seguradora
Hovione	Saúde
Huf Portuguesa	Automóveis
INCM	Outros
Ibersol	Indústria Alimentar
Inapa	Produtos Florestais e de Papel
Jerónimo Martins	Indústria Alimentar
José de Mello Saúde	Saúde
Lidl Portugal	Indústria Alimentar
Lipor	Gestão de Resíduos

Logoplaste	Outros
Luís Simões	Logística
Metro do Lisboa	Ferrovias
Metro de Porto	Ferrovias
Millennium BCP	Serviços Financeiros
Mota- Engil SGPS	Gestão de Resíduos
Nestlé Portugal	Indústria Alimentar
Nos	Telecomunicações
Novo Banco	Serviços Financeiros
Ren	Energia
Resíduos do Nordeste	Gestão de Resíduos
RTP	Média
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Serviços sem Fins Lucrativos
Santa Casa da Misericórdia do Porto	Serviços sem Fins Lucrativos
Santander Totta	Serviços Financeiros
Secil	Construção
Simarsul	Utilitários de Água
Sonae	Conglomerados
Sonae Indústria	Indústria Alimentar
Sonae Sierra	Ramo Imobiliário
Sovena	Indústria Alimentar
Sumol + Compal	Indústria Alimentar
TAP Group	Aviação
Teixeira Duarte	Construção
The Navigator Company	Produtos Florestais e de Papel
TMG Automotive	Automóvel
Tratolixo	Gestão de Resíduos
Unicer	Indústria Alimentar
Vodafone	Telecomunicações

Fonte: Elaboração própria.

Apêndice III – Local de recolha dos relatórios

Empresas	Ano	Recolha de relatórios
AGEAS	2018	<i>Site</i>
AGEAS	2019	<i>Site</i>
AGEAS	2020	<i>Site</i>
AGEAS	2021	<i>Site</i>
AGEAS	2022	<i>Site</i>
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	2018	<i>Site</i>
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	2019	<i>Site</i>
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	2020	<i>Site</i>
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	2021	<i>Site</i>
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	2022	<i>Site</i>
Águas de Portugal	2018	<i>Site</i>
Águas de Portugal	2019	<i>Site</i>
Águas de Portugal	2020	<i>Site</i>
Águas de Portugal	2021	<i>Site</i>
Águas de Portugal	2022	<i>Site</i>
Altice portugal	2018	Não disponibilizado
Altice portugal	2019	Não disponibilizado
Altice portugal	2020	<i>Site</i>
Altice portugal	2021	<i>Site</i>
Altice portugal	2022	<i>Site</i>
Altri	2018	GRI
Altri	2019	<i>Site</i>
Altri	2020	<i>Site</i>
Altri	2021	<i>Site</i>
Altri	2022	<i>Site</i>
ANA Aeroportos	2018	<i>Site</i>
ANA Aeroportos	2019	<i>Site</i>
ANA Aeroportos	2020	<i>Site</i>
ANA Aeroportos	2021	<i>Site</i>
ANA Aeroportos	2022	<i>Site</i>
APDL	2018	<i>Site</i>
APDL	2019	<i>Site</i>
APDL	2020	<i>Site</i>
APDL	2021	Não disponibilizado

APDL	2022	Não disponibilizado
APS	2018	<i>Site</i>
APS	2019	<i>Site</i>
APS	2020	<i>Site</i>
APS	2021	<i>Site</i>
APS	2022	<i>Site</i>
Atlântico Europa Bank	2018	GRI
Atlântico Europa Bank	2019	GRI
Atlântico Europa Bank	2020	<i>Site</i>
Atlântico Europa Bank	2021	<i>Site</i>
Atlântico Europa Bank	2022	<i>Site</i>
Auchan	2018	<i>Site</i>
Auchan	2019	<i>Site</i>
Auchan	2020	<i>Site</i>
Auchan	2021	<i>Site</i>
Auchan	2022	<i>Site</i>
Bondalti	2018	GRI
Bondalti	2019	GRI
Bondalti	2020	<i>Site</i>
Bondalti	2021	<i>Site</i>
Bondalti	2022	<i>Site</i>
Brisa	2018	<i>Site</i>
Brisa	2019	<i>Site</i>
Brisa	2020	<i>Site</i>
Brisa	2021	Não disponibilizado
Brisa	2022	<i>Site</i>
Caixa Geral de Depósitos	2018	GRI
Caixa Geral de Depósitos	2019	GRI
Caixa Geral de Depósitos	2020	GRI
Caixa Geral de Depósitos	2021	<i>Site</i>
Caixa Geral de Depósitos	2022	<i>Site</i>
Carris	2018	<i>Site</i>
Carris	2019	<i>Site</i>
Carris	2020	<i>Site</i>
Carris	2021	<i>Site</i>
Carris	2022	<i>Site</i>
Celbi	2018	<i>Site</i>
Celbi	2019	<i>Site</i>
Celbi	2020	<i>Site</i>

Celbi	2021	<i>Site</i>
Celbi	2022	<i>Site</i>
Corticeira Amorim	2018	GRI
Corticeira Amorim	2019	<i>Site</i>
Corticeira Amorim	2020	<i>Site</i>
Corticeira Amorim	2021	<i>Site</i>
Corticeira Amorim	2022	<i>Site</i>
Crédito Agrícola	2018	<i>Site</i>
Crédito Agrícola	2019	<i>Site</i>
Crédito Agrícola	2020	<i>Site</i>
Crédito Agrícola	2021	<i>Site</i>
Crédito Agrícola	2022	<i>Site</i>
CTT	2018	<i>Site</i>
CTT	2019	<i>Site</i>
CTT	2020	<i>Site</i>
CTT	2021	<i>Site</i>
CTT	2022	<i>Site</i>
Delpi Automotive	2018	GRI
Delpi Automotive	2019	<i>Site</i>
Delpi Automotive	2020	Não disponibilizado
Delpi Automotive	2021	Não disponibilizado
Delpi Automotive	2022	Não disponibilizado
EDP	2018	GRI
EDP	2019	GRI
EDP	2020	<i>Site</i>
EDP	2021	<i>Site</i>
EDP	2022	<i>Site</i>
EPAL	2018	<i>Site</i>
EPAL	2019	<i>Site</i>
EPAL	2020	<i>Site</i>
EPAL	2021	<i>Site</i>
EPAL	2022	<i>Site</i>
Esposende Ambiente	2018	<i>Site</i>
Esposende Ambiente	2019	<i>Site</i>
Esposende Ambiente	2020	<i>Site</i>
Esposende Ambiente	2021	<i>Site</i>
Esposende Ambiente	2022	<i>Site</i>
Eurest	2018	<i>Site</i>
Eurest	2019	Não disponibilizado

Eurest	2020	Não disponibilizado
Eurest	2021	Não disponibilizado
Eurest	2022	<i>Site</i>
Fidelidade	2018	<i>Site</i>
Fidelidade	2019	<i>Site</i>
Fidelidade	2020	<i>Site</i>
Fidelidade	2021	<i>Site</i>
Fidelidade	2022	<i>Site</i>
Galp	2018	GRI
Galp	2019	<i>Site</i>
Galp	2020	<i>Site</i>
Galp	2021	<i>Site</i>
Galp	2022	<i>Site</i>
Gestamp Aveiro	2018	<i>Site</i>
Gestamp Aveiro	2019	<i>Site</i>
Gestamp Aveiro	2020	<i>Site</i>
Gestamp Aveiro	2021	Não disponibilizado
Gestamp Aveiro	2022	Não disponibilizado
Hovione	2018	GRI
Hovione	2019	Não disponibilizado
Hovione	2020	<i>Site</i>
Hovione	2021	Não disponibilizado
Hovione	2022	Não disponibilizado
Huf Portuguesa	2018	<i>Site</i>
Huf Portuguesa	2019	Não disponibilizado
Huf Portuguesa	2020	Não disponibilizado
Huf Portuguesa	2021	Não disponibilizado
Huf Portuguesa	2022	Não disponibilizado
Ibersol	2018	<i>Site</i>
Ibersol	2019	<i>Site</i>
Ibersol	2022	Não disponibilizado
Ibersol	2021	<i>Site</i>
Ibersol	2022	<i>Site</i>
Inapa	2018	<i>Site</i>
Inapa	2019	Não disponibilizado
Inapa	2020	<i>Site</i>
Inapa	2021	Não disponibilizado
Inapa	2022	<i>Site</i>
INCM	2018	<i>Site</i>

INCM	2019	<i>Site</i>
INCM	2020	<i>Site</i>
INCM	2021	<i>Site</i>
INCM	2022	<i>Site</i>
Jerónimo Martins	2018	<i>Site</i>
Jerónimo Martins	2019	<i>Site</i>
Jerónimo Martins	2020	<i>Site</i>
Jerónimo Martins	2021	<i>Site</i>
Jerónimo Martins	2022	Não disponibilizado
José de Mello Saúde	2018	<i>Site</i>
José de Mello Saúde	2019	<i>Site</i>
José de Mello Saúde	2020	Não disponibilizado
José de Mello Saúde	2021	<i>Site</i>
José de Mello Saúde	2022	<i>Site</i>
Lidl Portugal	2018	GRI
Lidl Portugal	2019	<i>Site</i>
Lidl Portugal	2020	Não disponibilizado
Lidl Portugal	2021	<i>Site</i>
Lidl Portugal	2022	Não disponibilizado
Lipor	2018	<i>Site</i>
Lipor	2019	<i>Site</i>
Lipor	2020	<i>Site</i>
Lipor	2021	<i>Site</i>
Lipor	2022	<i>Site</i>
Logoplaste	2018	<i>Site</i>
Logoplaste	2019	GRI
Logoplaste	2020	<i>Site</i>
Logoplaste	2021	<i>Site</i>
Logoplaste	2022	<i>Site</i>
Luís Simões	2018	GRI
Luís Simões	2019	GRI
Luís Simões	2020	Não disponibilizado
Luís Simões	2021	<i>Site</i>
Luís Simões	2022	<i>Site</i>
Metro de Lisboa	2018	<i>Site</i>
Metro de Lisboa	2019	<i>Site</i>
Metro de Lisboa	2020	<i>Site</i>
Metro de Lisboa	2021	<i>Site</i>
Metro de Lisboa	2022	<i>Site</i>

Metro do Porto	2018	<i>Site</i>
Metro do Porto	2019	<i>Site</i>
Metro do Porto	2020	<i>Site</i>
Metro do Porto	2021	<i>Site</i>
Metro do Porto	2022	<i>Site</i>
Millennium BCP	2018	GRI
Millennium BCP	2019	<i>Site</i>
Millennium BCP	2020	<i>Site</i>
Millennium BCP	2021	<i>Site</i>
Millennium BCP	2022	<i>Site</i>
Mota-Engil SGPS	2018	<i>Site</i>
Mota-Engil SGPS	2019	<i>Site</i>
Mota-Engil SGPS	2020	<i>Site</i>
Mota-Engil SGPS	2021	<i>Site</i>
Mota-Engil SGPS	2022	<i>Site</i>
Nestlé Portugal	2018	<i>Site</i>
Nestlé Portugal	2019	<i>Site</i>
Nestlé Portugal	2020	<i>Site</i>
Nestlé Portugal	2021	<i>Site</i>
Nestlé Portugal	2022	<i>Site</i>
NOS	2018	GRI
NOS	2019	<i>Site</i>
NOS	2020	<i>Site</i>
NOS	2021	<i>Site</i>
NOS	2022	<i>Site</i>
Novo Banco	2018	GRI
Novo Banco	2019	<i>Site</i>
Novo Banco	2020	<i>Site</i>
Novo Banco	2021	<i>Site</i>
Novo Banco	2022	<i>Site</i>
REN	2018	<i>Site</i>
REN	2019	<i>Site</i>
REN	2020	<i>Site</i>
REN	2021	<i>Site</i>
REN	2022	<i>Site</i>
Resíduos do Nordeste	2018	<i>Site</i>
Resíduos do Nordeste	2019	<i>Site</i>
Resíduos do Nordeste	2020	<i>Site</i>
Resíduos do Nordeste	2021	Não disponibilizado

Resíduos do Nordeste	2022	Não disponibilizado
RTP	2018	<i>Site</i>
RTP	2019	<i>Site</i>
RTP	2020	<i>Site</i>
RTP	2021	<i>Site</i>
RTP	2022	<i>Site</i>
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	2018	GRI
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	2019	<i>Site</i>
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	2020	<i>Site</i>
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	2021	<i>Site</i>
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	2022	Não disponibilizado
Santa Casa da Misericórdia do Porto	2018	Não disponibilizado
Santa Casa da Misericórdia do Porto	2019	GRI
Santa Casa da Misericórdia do Porto	2020	GRI
Santa Casa da Misericórdia do Porto	2021	<i>Site</i>
Santa Casa da Misericórdia do Porto	2022	<i>Site</i>
Santander Totta	2018	<i>Site</i>
Santander Totta	2019	<i>Site</i>
Santander Totta	2020	<i>Site</i>
Santander Totta	2021	<i>Site</i>
Santander Totta	2022	<i>Site</i>
Secil	2018	<i>Site</i>
Secil	2019	<i>Site</i>
Secil	2020	<i>Site</i>
Secil	2021	<i>Site</i>
Secil	2022	<i>Site</i>
Simarsul	2018	<i>Site</i>
Simarsul	2019	<i>Site</i>
Simarsul	2020	<i>Site</i>
Simarsul	2021	<i>Site</i>
Simarsul	2022	<i>Site</i>
Sonae	2018	<i>Site</i>
Sonae	2019	<i>Site</i>
Sonae	2020	<i>Site</i>
Sonae	2021	<i>Site</i>
Sonae	2022	<i>Site</i>
Sonae Indústria	2018	<i>Site</i>
Sonae Indústria	2019	<i>Site</i>
Sonae Indústria	2020	<i>Site</i>

Sonae Indústria	2021	Não disponibilizado
Sonae Indústria	2022	Não disponibilizado
Sonae Sierra	2018	GRI
Sonae Sierra	2019	GRI
Sonae Sierra	2020	Site
Sonae Sierra	2021	Não disponibilizado
Sonae Sierra	2022	Site
Sovena	2018	Site
Sovena	2019	Site
Sovena	2020	Site
Sovena	2021	Site
Sovena	2022	Site
Sumol + Compal	2018	Site
Sumol + Compal	2019	Site
Sumol + Compal	2020	Site
Sumol + Compal	2021	Site
Sumol + Compal	2022	Site
TAP Group	2018	Site
TAP Group	2019	Site
TAP Group	2020	Site
TAP Group	2021	Site
TAP Group	2022	Site
Teixeira Duarte	2018	Site
Teixeira Duarte	2019	Site
Teixeira Duarte	2020	Site
Teixeira Duarte	2021	Não disponibilizado
Teixeira Duarte	2022	Site
The Navigator Company	2018	Site
The Navigator Company	2019	Site
The Navigator Company	2020	Site
The Navigator Company	2021	Site
The Navigator Company	2022	Site
TMG Automotive	2018	GRI
TMG Automotive	2019	GRI
TMG Automotive	2020	Não disponibilizado
TMG Automotive	2021	Não disponibilizado
TMG Automotive	2022	Não disponibilizado
Tratolixo	2018	Site
Tratolixo	2019	Site

Tratolixo	2020	<i>Site</i>
Tratolixo	2021	<i>Site</i>
Tratolixo	2022	<i>Site</i>
Unicer	2018	<i>Site</i>
Unicer	2019	<i>Site</i>
Unicer	2020	Não disponibilizado
Unicer	2021	<i>Site</i>
Unicer	2022	<i>Site</i>
Vodafone	2018	<i>Site</i>
Vodafone	2019	<i>Site</i>
Vodafone	2020	Não disponibilizado
Vodafone	2021	<i>Site</i>
Vodafone	2022	<i>Site</i>

Fonte: Elaboração própria.